



# PLANEJAMENTO **ESTRATÉGICO**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

2016 - 2019

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

**Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

Dyogo Henrique de Oliveira (Interino)

**Secretário-Executivo**

Dyogo Henrique de Oliveira

**Secretário-Executivo Adjunto**

Esteves Pedro Colnago Júnior

**Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos**

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

**Secretário de Orçamento Federal**

George Alberto de Aguiar Soares

**Secretário de Assuntos Internacionais**

Jorge Saba Arbaché Filho

**Secretário de Gestão**

Gleisson Cardoso Rubin

**Secretário de Tecnologia da Informação**

Marcelo Daniel Pagotti

**Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público**

Augusto Akira Chiba

**Secretário de Patrimônio da União**

Guilherme Estrada Rodrigues

**Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura**

Hailton Madureira de Almeida

**Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

Fernando Antônio Ribeiro Soares

**Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

Paulo Rabello de Castro

**Presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Ernesto Lozardo

**Presidente da Fundação Escola Nacional de Administração Pública**

Francisco Gaetani

**Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder**

Ricardo Pena Pinheiro



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

# **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MP**

**BRASÍLIA  
2016**

**DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

André Nunes

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Carlos Eduardo Lacerda Veiga

**COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva

**Elaboração**

Aloysio Novais de Carvalho Silva

Ana Paula de Almeida

Anna Thereza de Araújo Costa Reis Sá

Frederico Viana Alves

João Luiz Cambiaghi Glass

Michele Pinheiro do Nascimento

Valdete Campos da Silveira

**Consultores**

Fabio Zimmermann

Fernando Celestino Ferreira Quintans

Peter Dostler

Bruno Viotti Alves

**Colaboração e Editoração Eletrônica**

Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Planejamento

Equipe Técnica: Gabriella Santos Malta, Layanne da Silva Costa e Igor Fatiga

Laboratório Latitude

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Timóteo de Sousa Júnior

Equipe Técnica.: Daniel Alves da Silva, Eder Luiz dos Santos e Tiago Ianuck

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Secretaria-Executiva

Diretoria de Planejamento e Gestão

Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos

Esplanada dos Ministérios, bloco K, 2º andar, sala 266

CEP: 70.040-906 – Brasília – DF

E-mail: [copes@planejamento.gov.br](mailto:copes@planejamento.gov.br)

<http://www.planejamento.gov.br>

© Copyleft – É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Normalização Bibliográfica: CODIN/CGPLA/DIPLA

B823p

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Planejamento Estratégico 2016-2019 / Ministério do  
Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Diretoria de  
Planejamento e Gestão. -- Brasília: MP, 2016.

102 p.: il.

1. Planejamento estratégico 2. Gestão Pública I. Título

CDU 658.012.2

# SUMÁRIO

Introdução .....	7
Situação atual .....	9
Contextualização.....	11
Diretrizes.....	13
Metodologia .....	15
a) Do Processo de Elaboração.....	15
b) Da Oficina de Objetivos Estratégicos.....	16
c) Das Oficinas das Unidades .....	16
d) Da Harmonização entre o Planejamento das Unidades e o do MP .....	18
Dos Resultados do Processo.....	19
a) Missão .....	19
b) Visão .....	19
c) Objetivos Estratégicos .....	20
Objetivo Estratégico 01 .....	23
Objetivo Estratégico 02 .....	25
Objetivo Estratégico 03 .....	29
Objetivo Estratégico 04 .....	35
Objetivo Estratégico 05 .....	39
Objetivo Estratégico 06 .....	47
Objetivo Estratégico 07 .....	53
Objetivo Estratégico 08 .....	57
Objetivo Estratégico 09 .....	61
Anexo	
Painel de Contribuição das Unidades.....	67



## INTRODUÇÃO

---

**E**ste documento tem por finalidade apresentar o planejamento estratégico (PE) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para o período de 2016 a 2019. Além do PE do MP, também é apresentado o planejamento estratégico de suas unidades e como este se relaciona àquele.

O ato de planejar é de elevada importância, pois ajuda a compreender a realidade imposta pelo ambiente externo e a deliberar sobre qual a “nova realidade” que se deseja alcançar no futuro. De fato, o planejamento permite a uma organização manter-se continuamente relevante para o contexto que a cerca, auxiliando-a a superar as dificuldades provocadas pelas mudanças ou a aproveitar as oportunidades delas decorrentes. De outra forma, o planejamento estratégico visa manter a relevância e a sustentabilidade da organização e de suas unidades ao longo do tempo.

Independentemente da metodologia escolhida para a elaboração de um planejamento, as etapas para sua construção comumente resumem-se a: 1) diagnóstico da realidade atual; 2) identificação dos pontos necessários de melhoria; 3) visão da realidade transformada no futuro; 4) elaboração de objetivos que promovam essa transformação; e 5) levantamento das intervenções que consubstanciem os objetivos.

Para o período 2016-2019, o MP preferiu utilizar-se de uma metodologia inovadora, mais simples e transparente, capaz de dar maior clareza à contribuição do planejamento realizado por suas unidades ao planejamento do órgão.

No intuito de garantir aderência ao plano pelos servidores do MP, a metodologia adotada garantiu ampla participação desses no processo de elaboração do Planejamento Estratégico. Assim, buscou-se diminuir o risco de “engavetamento” do plano elaborado, prática comum tanto na iniciativa privada quanto na Administração Pública, provocado pela ausência de sentimento de pertencimento ao processo.

As unidades do Ministério que foram selecionadas a elaborarem planejamento estratégico para o referido período são: Departamento de Órgãos Extintos (DEPEX); Diretoria de Planejamento e Gestão (DIPLA); Diretoria de Administração (DIRAD), Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI); Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST); Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN); Secretaria

de Orçamento Federal (SOF); Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN); Secretaria de Gestão (SEGES); Secretaria de Tecnologia da Informação (STI); Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT); Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe); Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), doravante denominadas “unidades”.

## SITUAÇÃO ATUAL

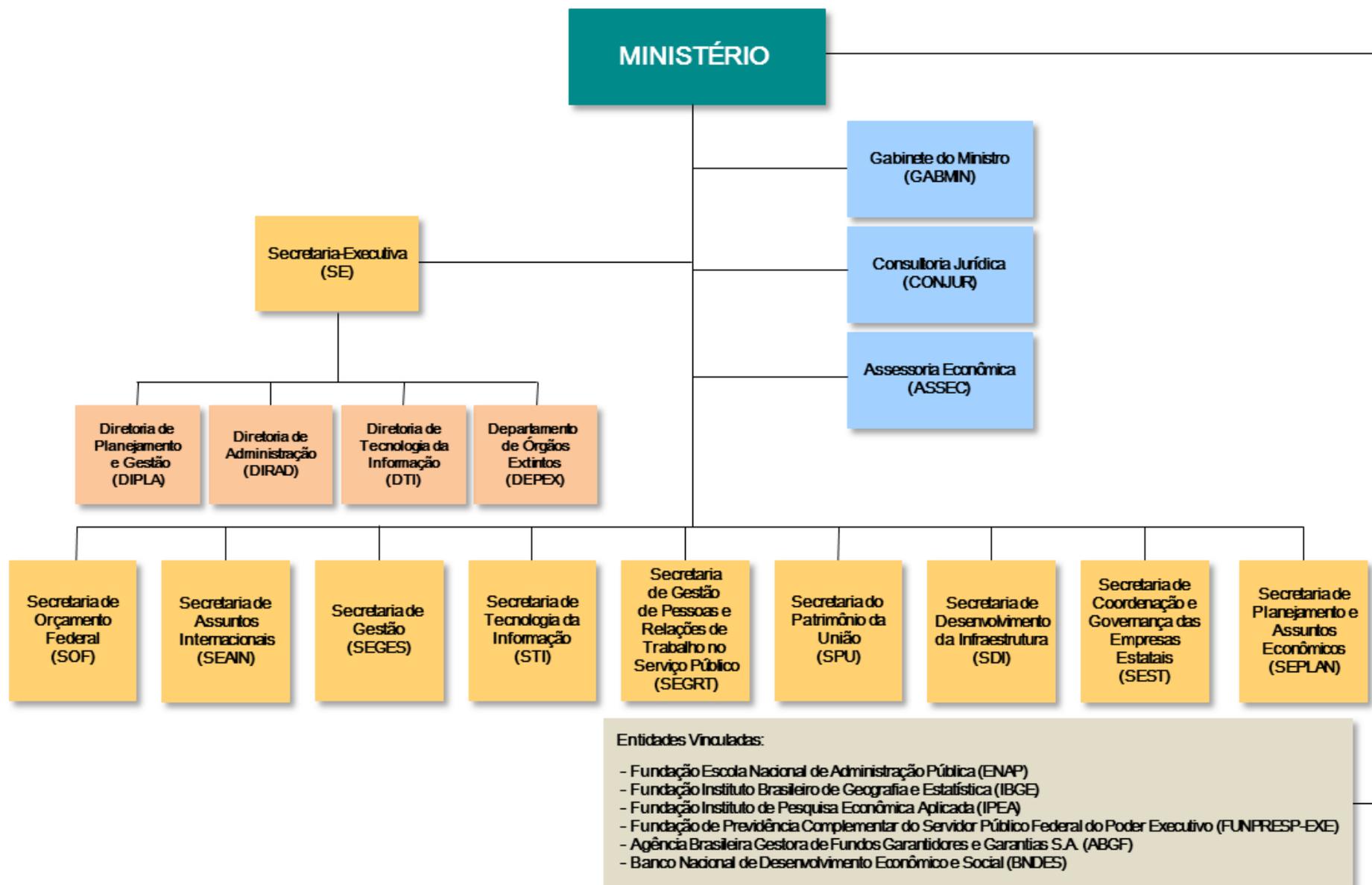
---

O cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo Planejamento foi criado pela Lei Delegada nº 1, de 25 de janeiro de 1962, e ocupado por Celso Furtado, primeiro Ministro do Planejamento. Desde então, diversas mudanças foram promovidas na estrutura do órgão, sendo que a denominação hoje vigente – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - foi dada em 12 de maio de 2016, pela Medida Provisória nº 726.

Atualmente, o MP, órgão integrante da Administração Direta Federal, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- a. formulação do planejamento estratégico nacional e elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional;
- b. avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- c. realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- d. elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
- e. viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
- f. formulação de diretrizes, coordenação das negociações e acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;
- g. coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais;
- h. formulação de diretrizes, coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais;
- i. administração patrimonial; e
- j. política e diretrizes para modernização do Estado

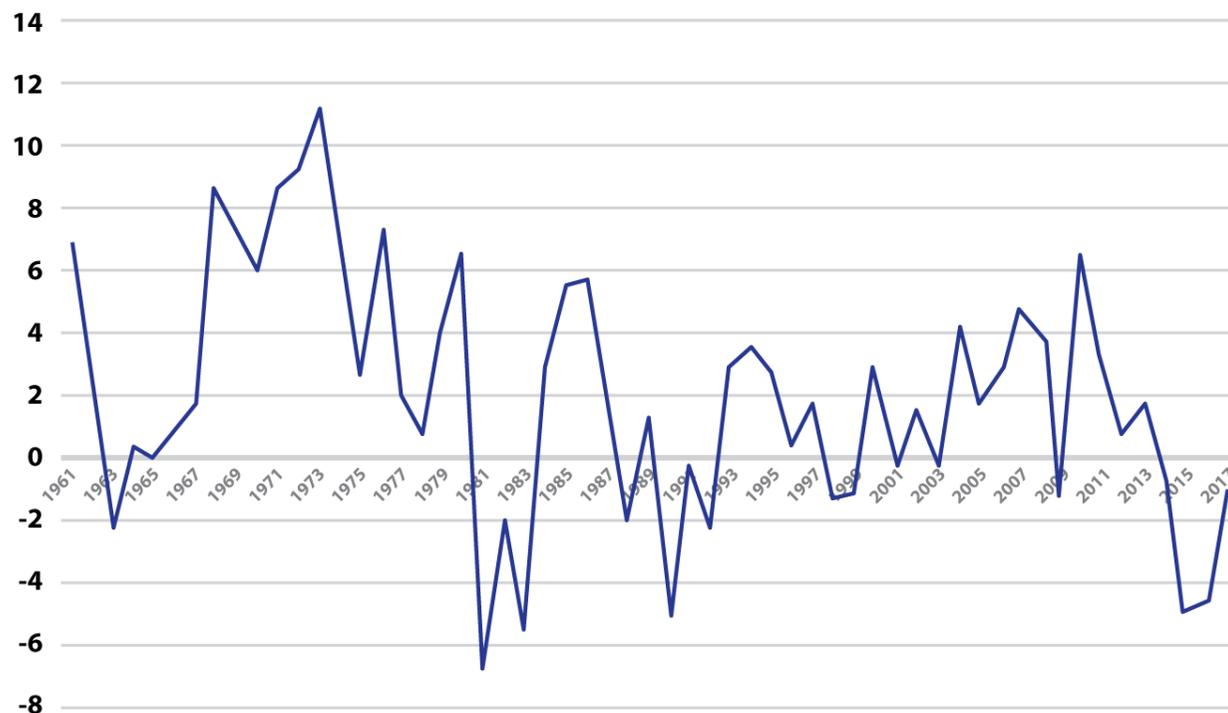
Cabe salientar que o processo de elaboração do planejamento estratégico do MP e de suas unidades iniciou-se em 2015 sob a vigência do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015. A partir de 19 de agosto de 2016, entrou em vigor o Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, alterando a estrutura do MP, cujo organograma é apresentado a seguir:



## CONTEXTUALIZAÇÃO

A evolução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil entre 1960 e 2017<sup>1</sup> exibe um dos padrões de crescimento mais voláteis do mundo – ou seja, não é sustentado. Períodos de fortes elevações são normalmente seguidos por períodos de fortes colapsos, o que ajuda a explicar a baixa taxa média de crescimento de longo prazo<sup>2</sup>.

**Taxa de crescimento PIB per capita**



Fonte: WDI e FMI – elaboração ASSEC/MP – 22.04.2016

1 2016 e 2017 são estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI)

2 Boletim ALERTA ASSEC de 22/04/2016

O problema é que a alta volatilidade do crescimento não é neutra: ela cria forte sensação de risco, encurta o horizonte de planejamento e afeta negativamente as decisões de investimentos, de consumo e de poupança. Além disso, avanços econômicos e sociais observados durante períodos de aceleração do crescimento são desproporcionalmente perdidos durante períodos de colapso, o que ajuda a explicar os lentos avanços do País em áreas como produtividade, investimentos e indicadores de pobreza.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão pode contribuir para alterar esse quadro por meio do fortalecimento da sua função institucional, com o propósito de criar um ambiente propício à inovação das práticas de planejamento e gestão, enquanto aperfeiçoa os mecanismos de ação e modernização do Estado. Por ocupar uma posição privilegiada na estrutura governamental, o MP, cujas atribuições dialogam fortemente com a perspectiva da governança dos meios – pessoal, orçamento, investimentos, patrimônio, logística, informática e comunicação, dentre outros –, tem papel central a desempenhar. Especialmente em um ambiente de acentuada escassez, a adequada gestão dos meios

aliada à constante procura pela melhor relação entre a qualidade do serviço e a qualidade do gasto tornam-se elementos essenciais para a o crescimento sustentável.

No momento atual, faz-se necessário continuar investindo no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão capazes de ajudar o conjunto do Governo na superação de gargalos e na busca de soluções que viabilizem a ação estatal – tanto na entrega de bens e serviços públicos de qualidade, com ênfase na igualdade de oportunidades, quanto na capacidade de indução ao setor privado para a realização de investimentos.

É nesse contexto que se propõe o planejamento estratégico do MP para o período 2016-2019, agregando um conjunto de medidas que pode contribuir para a perenidade do crescimento. O PE contém, resumidamente, um elenco de objetivos estratégicos, indicadores, iniciativas e entregas, discutido e proposto pelas diversas unidades deste Ministério, de forma criteriosa, com foco na ampliação da capacidade do Estado de produzir resultados e benefícios sustentáveis ao longo do tempo, melhorando a vida das pessoas.

## DIRETRIZES

---

Para a definição da metodologia a ser utilizada para a elaboração do planejamento estratégico 2016-2019, o MP propôs um elenco de orientações (diretrizes) aptas a garantir a harmonização e o alinhamento entre os planos das unidades e o plano estratégico do MP.

As diretrizes estabelecidas foram:

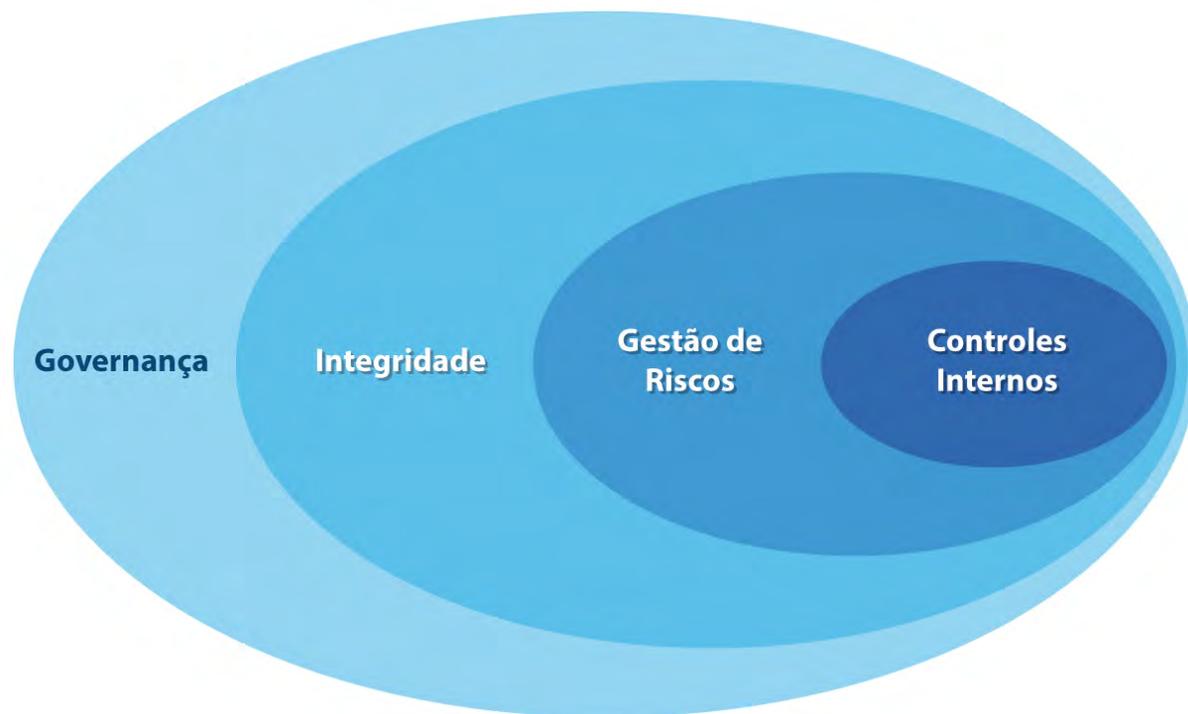
- O planejamento estratégico não deve ignorar a cultura organizacional vigente. O engajamento dos dirigentes e o envolvimento e participação dos executores são elementos indispensáveis e essenciais para o seu êxito;
- O planejamento estratégico do MP deve agregar um conjunto de atributos (objetivos, indicadores, iniciativas e entregas) que sejam estruturantes para a organização, ou seja, capazes de orientar decisões estratégicas e promover transformações na realidade do Ministério e do cidadão, indo além das atividades e projetos rotineiros das unidades;
- O planejamento estratégico deve explicitar e delimitar, de forma transparente e em linguagem simples, o que o MP pretende entregar nos próximos quatro anos;
- O planejamento estratégico, embora concebido para durar quatro anos e ser um documento formal, deve ser permanentemente repensado e atualizado;
- O monitoramento do planejamento estratégico deve ser um processo contínuo, ainda que requeira, para sua gestão, instrumentos formais e com prazos determinados; e
- O monitoramento e a avaliação do planejamento estratégico devem ser, essencialmente, momentos de aprendizado, troca de experiências e disseminação de boas práticas.

### O Planejamento Estratégico e a Gestão de Riscos

Complementando as diretrizes, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) determinaram a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. As novas orientações foram publicadas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 001, de 10 de maio de 2016.

Além disso, está em andamento, no MP, a implementação de um Programa de Integridade, instituído pela Portaria GM/MP nº 150, de 4 de maio de 2016, que tem a finalidade de mitigar ocorrências de desvios éticos, a partir da mobilização e participação ativa dos gestores públicos. O Programa busca estabelecer um conjunto de medidas que assegurem a entrega dos resultados esperados pela sociedade.

A interface entre esses instrumentos pode ser visualizada na figura abaixo:



A eficaz implementação das ferramentas acima requer que todos os níveis da organização (o MP, Secretarias e empresas vinculadas) tenham objetivos claros, fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão do Ministério, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam a consecução destes. Essa evidência também é pré-requisito para a eficácia do funcionamento dos controles internos de gestão.

Nesse contexto, o Planejamento Estratégico do MP para o período 2016-2019 destaca a missão, visão e os nove objetivos estratégicos do MP. Traz ainda, no painel de contribuição das suas diversas unidades, os objetivos que cada uma delas terá para o período mencionado, em consonância com aqueles definidos para o Ministério. Além disso, apresenta iniciativas e entregas destinadas à implantação da gestão de riscos em alguns macroprocessos selecionados.

Conforme mencionado anteriormente, o MP preferiu adotar uma metodologia simples. Consiste na elaboração, primeiramente, do Modelo de Negócio. Este é um mapa visual que mostra a lógica de como se pretende gerar valor. Composto pela missão, visão de futuro, parceiros chaves, produtos e público-alvo, serve de parâmetro para a construção do plano estratégico, que possui os seguintes atributos: Objetivos Estratégicos (OE); Indicadores; Objetivos de Contribuição das Unidades (OC); Iniciativas; e Entregas.

Abaixo, a definição de cada um desses elementos:

**Missão** – é a razão de ser do MP. Retrata o propósito de sua existência.

**Visão** – é a projeção futura de uma realidade desejada.

**Parceiros Chaves** – são organizações externas ao MP que o auxiliam na feitura de seus principais produtos.

**Principais Produtos** – são os principais bens ou serviços do Ministério.

**Público-Alvo** – são os destinatários dos principais produtos.

**Objetivos Estratégicos** – são os fins a serem perseguidos pelo MP para o cumprimento de sua missão e o alcance de sua visão.

**Objetivos de Contribuição das Unidades** – são os fins a serem perseguidos pelas unidades do MP que, além de cumprirem com o alcance

de sua missão e de sua visão, influenciam a evolução de um Objetivo Estratégico.

**Indicadores** – são parâmetros que permitem identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinada intervenção aos tomadores de decisão. O indicador, por meio da evolução do seu índice, atua como uma “régua” que permite identificar, ao longo do tempo, a “distância” entre o planejado e aquilo que está sendo efetivamente realizado. Deve ser sempre passível de apuração periódica e coerente com os objetivos estratégicos, de tal forma a possibilitar algum tipo de avaliação sobre a intervenção feita.

**Iniciativas** – são os esforços empreendidos para o alcance dos objetivos (OE e OC). Em termos práticos, a Iniciativa é uma expressão que agrega um conjunto de projetos ou atividades.

**Entregas** – são os bens, serviços, normativos, sistemas, entregues pela unidade para o usuário podendo ser esse a própria Administração Pública ou o cidadão.

### a) Do Processo de Elaboração

O processo de elaboração do planejamento estratégico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão teve início em 04 de setembro de 2015, mediante reunião entre a Secretaria Executiva e representantes das unidades do MP, quando foi apresentada a metodologia e o cronograma do processo.

O primeiro passo na elaboração do PE do MP foi a realização de entrevistas junto às lideranças do órgão. As entrevistas, que ocorreram entre 21 de setembro e 30 de outubro, objetivavam auxiliar na formulação de estratégias, vez que identificam a percepção individual dos atores estratégicos acerca dos principais desafios, considerando o horizonte de planejamento estabelecido.

Ato contínuo, realizou-se a Oficina “Objetivos Estratégicos”, ocorrida em 05 de novembro de 2015, com o propósito de criar um conjunto de objetivos estratégicos ao Ministério, orientadores das fases seguintes, a realização das oficinas de planejamento estratégico das unidades, a partir de 16 de novembro.

#### **b) Da Oficina de Objetivos Estratégicos**

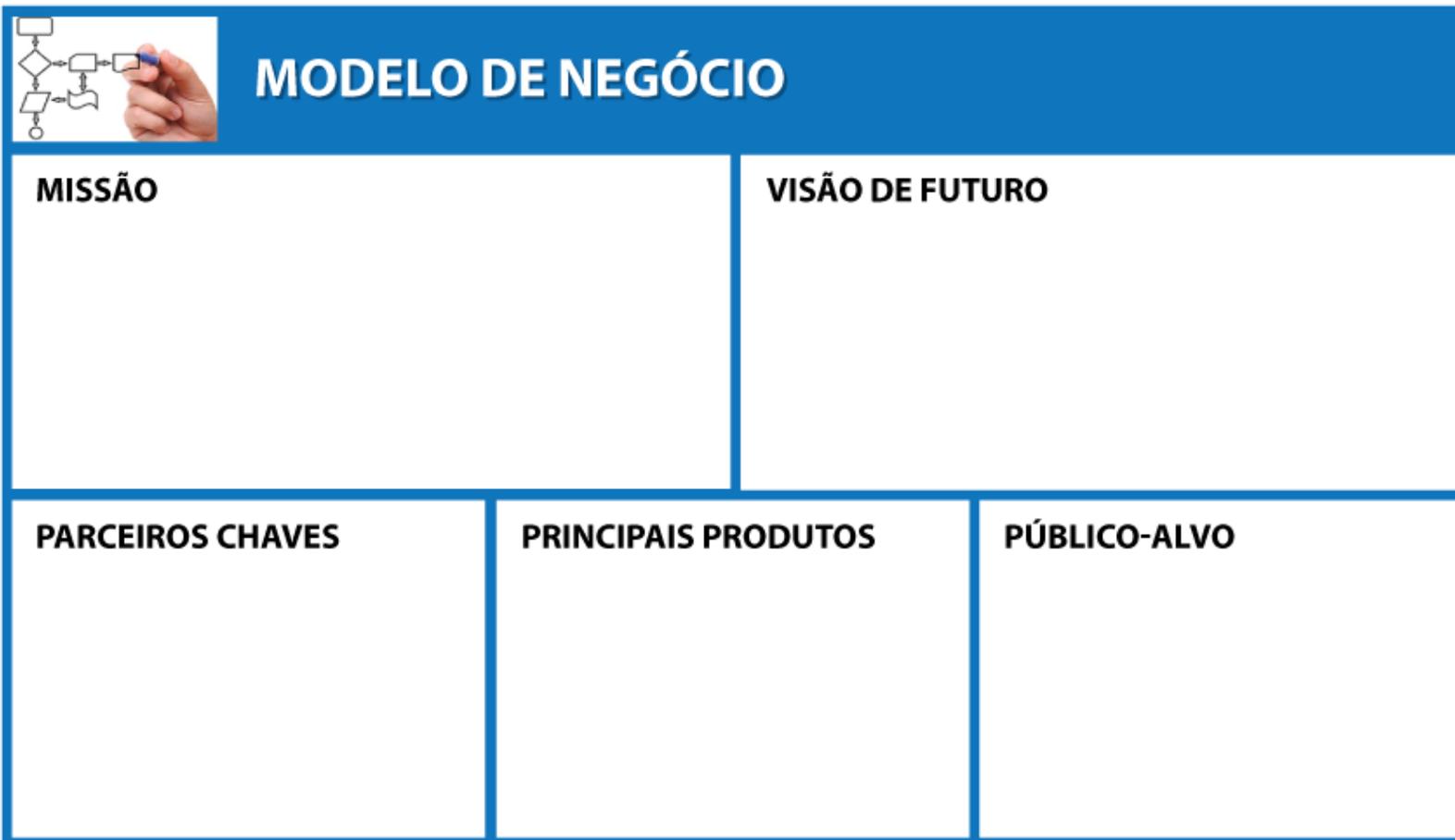
A oficina contou com a participação de um representante de cada Unidade do MP e desenvolveu-se da seguinte forma: após a exposição de definições básicas sobre o modelo seguido, foi apresentada a pré-proposta quanto à Missão, Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos (OE's), abrindo-se debate em subgrupos de trabalho entre os participantes. Concluídos os debates em subgrupos, foi iniciada a consolidação dos temas em plenária, começando pela Missão e Visão do MP e encerrando com os OE's.

#### **c) Das Oficinas das Unidades**

Para a realização dessas oficinas, houve duas abordagens: a primeira, referente às unidades que não possuíam PE já elaborado ou que não o haviam começado ainda à época do início do processo de elaboração do planejamento estratégico do Ministério; e a segunda, referente àquelas que já o possuíam (caso de SEST e DEPEX) ou que estavam em fase de elaboração de seu planejamento estratégico à época (caso da Enap, Ipea, IBGE, STI e SPU).

Em relação à primeira abordagem, o foco foi a elaboração do planejamento estratégico propriamente dito. Para a segunda abordagem, o trabalho foi no sentido de alinhar a metodologia adotada pela Unidade à metodologia escolhida pelo MP.

Os produtos das oficinas, quer de elaboração, quer de alinhamento, foram dois: 1) Modelo de Negócios da Unidade – trata-se de uma ferramenta colaborativa para modelagem de negócios novos ou existentes, um mapa visual pré-formatado que mostra a lógica de como uma organização pretende gerar valor. É constituído por missão, visão de futuro, parceiros, produtos e público-alvo; e 2) Painel de Contribuição da Unidade – composto por Objetivo de Contribuição da Unidade (OC), Indicadores, Iniciativas e Entregas.



No que tange ao processo de construção do Painel de Contribuição da Unidade, o trabalho seguiu, primeiramente, no sentido de se identificar a quais OE's a unidade possui contribuição direta e, a partir daí, definir seus objetivos. A esses objetivos das unidades que guardam relação direta aos Objetivos Estratégicos do MP foi dada a denominação de Objetivos de Contribuição da Unidade (OC).

## Matriz ou análise SWOT



Um terceiro produto, esse optativo, também surgiu das oficinas das Unidades: a matriz SWOT. Trata-se de uma ferramenta utilizada para análises de cenários organizacionais, servindo como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização.

É uma “fotografia” tirada do ambiente global da organização, servindo para identificação das fraquezas e pontos fortes no ambiente interno da organização e das oportunidades e ameaças geradas no ambiente externo.

Com essas informações à disposição, uma instituição pode planejar melhor sua estratégia de atuação.

Conforme ressaltado anteriormente, devido aos diferentes estágios de elaboração do PE por parte das unidades, a matriz SWOT não foi utilizada por todas elas.

### d) Da Harmonização entre o Planejamento das Unidades e o do MP

Com o propósito de garantir harmonização entre o planejamento estratégico das unidades ao do MP, a metodologia prevê regras para a elaboração e para o alinhamento entre eles:

- Quanto aos Objetivos de Contribuição da Unidade – estes devem, necessariamente, guardar relação direta com os objetivos estratégicos do Ministério, ou seja, devem influenciar diretamente no comportamento dos OE’s do MP.
- Quanto às Iniciativas e Entregas – as Iniciativas e Entregas constantes no PE do MP compõem-se de um grupo seletivo das Iniciativas e Entregas do planejamento das unidades.

## DOS RESULTADOS DO PROCESSO

---

Os tópicos seguintes deste documento retratam as escolhas feitas para compor o planejamento estratégico do MP para o período 2016-2019.

### a) Missão

A missão do MP foi atualizada no período 2016-2019. Passou a focar em três temas estratégicos: gestão, equilíbrio das contas públicas e investimentos, conforme a nova redação a seguir:

***Promover o desenvolvimento, a gestão eficiente, a melhoria do gasto público e a ampliação dos investimentos, visando à oferta de bens e serviços de qualidade ao cidadão.***

### b) Visão

A visão de futuro do MP manteve-se a mesma do Planejamento Estratégico 2012-2015, excetuando o detalhamento até então vigente.

***Ser reconhecido pela excelência e competência na gestão pública.***

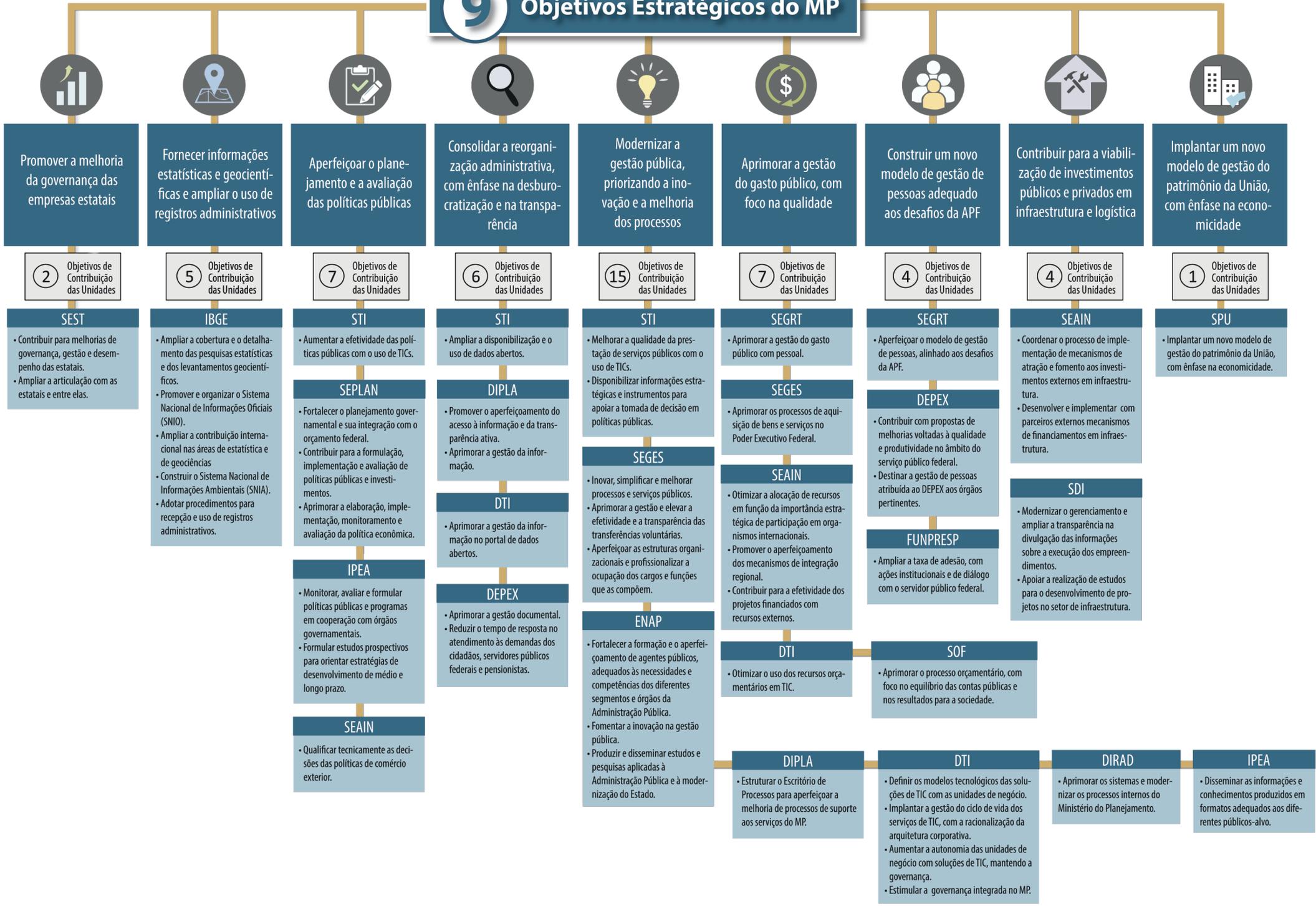
### c) Objetivos Estratégicos

A seguir, são apresentados os Objetivos Estratégicos do MP, acompanhados de uma breve descrição contextualizada. Para cada Objetivo Estratégico do Ministério estão elencados os Indicadores com os quais serão mensurados os resultados obtidos, com seus respectivos atributos. Por fim, são apresentados os Objetivos de Contribuição da Unidade, com uma breve descrição e suas respectivas Iniciativas e Entregas.



# 9

## Objetivos Estratégicos do MP



# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 01

### Promover a melhoria da governança das empresas estatais

As empresas estatais federais apresentam diferentes formas de organização, gestão e políticas de pessoal e atingem diferentes resultados, tanto operacionais, quanto relativos às políticas públicas em que se inserem. Essas diferenças, que são decorrentes, entre outras razões, do porte das empresas e da diversidade de setores em que atuam, dificultam o acompanhamento de suas gestões e identificação de pontos de melhoria.

Dessa feita, torna-se estratégico fazer com que as estatais atuem de forma coordenada orientadas pela SEST, buscando maior uniformidade de governança, estrutura e políticas, bem como que sejam orientadas e acompanhadas pelos representantes dos acionistas e atuem de acordo com as melhores práticas de governança identificadas entre elas ou no mercado. Com isso, deseja-se que atinjam os resultados desejados e aprimorem os serviços públicos prestados.



#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Índice de melhoria de desempenho das Empresas Estatais	$(\text{Média do Índice anterior das Empresas Estatais} - \text{Média do Índice atual das Empresas Estatais}) / (\text{Média do Índice anterior das empresas estatais}) * 100$	%	Não possui	Anual	Sest	Não mensurado
Instalação de Fóruns	$(\text{Qtde de fóruns instalados}) / (\text{Qtde de fóruns previstos}) * 100$	%	Não possui	Semestral	Sest	Não mensurado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SEST</b> Contribuir para melhorias de governança, gestão e desempenho das estatais</p> <p><b>Descrição:</b> Estabelecimento de padrão de governança e de processo de avaliação e melhoria contínua da gestão das empresas estatais</p>	<p>01: Implementação de padrão de governança nas empresas estatais</p> <hr/> <p>02: Implementação de processo de avaliação e melhoria contínua da gestão das estatais</p> <hr/> <p>03: Melhoria dos modelos de patrocínio dos planos de benefícios de previdência complementar das empresas estatais federais</p>	<p>01: Regras para ocupação de cargos estatutários normatizadas</p> <p>02: Remuneração variável para membros de Diretorias das Estatais normatizada</p> <p>03: Comitês Estratégicos de assessoramento para os Conselhos de Administração das Estatais definidos e normatizados</p> <hr/> <p>01: Rotina de visitação de avaliação às Estatais normatizada e implementada</p> <p>02: Melhores práticas de gestão das Estatais identificadas, elencadas e difundidas</p> <p>03: Diagnóstico da situação atual de governança das Estatais realizado</p> <p>04: Identificação de gaps com proposição de plano de ação de melhoria apresentados, em Estatais selecionadas</p> <hr/> <p>01: Modelo de patrocínio definido</p>
<p><b>Objetivo 02: SEST</b> Ampliar a articulação com as estatais e entre elas</p> <p><b>Descrição:</b> Estratégias para sistematizar as trocas de informações entre as estatais</p>	<p>01: Fomento a integração e a ampliação da rede de Universidades Corporativas das empresas estatais</p> <hr/> <p>02: Implantação de Fóruns Temáticos Permanentes</p>	<p>01: Modelagem da rede e ambiente para difusão do conhecimento corporativo definida</p> <p>02: Mapeamento de recursos e investimentos tecnológicos e intelectuais realizado</p> <hr/> <p>01: Fóruns temáticos permanentes envolvendo as Estatais para os assuntos de TI, Inovação, Pessoas e Governança definidos</p> <p>02: Fóruns temáticos permanentes instalados</p>

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 02

### Fornecer informações estatísticas e geocientíficas e ampliar o uso de registros administrativos



Apesar da significativa produção de informações, as transformações que ocorrem na sociedade, no Estado e no meio ambiente exigem crescente ampliação temática e espacial dos levantamentos. Assim, a existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais atualizadas e dentro de padrões de qualidade tecnicamente reconhecidos são essenciais à consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência das administrações.

A fim de alcançar esse propósito, o Brasil atua no campo internacional, por meio do IBGE, em instâncias formais e fóruns técnicos internacionais relacionados às áreas de estatística e de geociências, dos quais resultam diretrizes e recomendações aos países no que concerne à produção de informações nesses domínios. Assim, ampliar a participação e a representação formal do IBGE, enquanto órgão oficial de informações do Brasil, em instâncias e fóruns técnicos internacionais relacionados às áreas de estatística e de geociências, com a regularidade necessária ao acompanhamento das agendas de trabalho em discussão, torna-se imperativo.

A comunidade internacional volta-se para o uso cada vez mais frequente e amplo, de registros administrativos na produção de informações oficiais. Tal opção exige a utilização de metodologias adequadas, como também a adoção de procedimentos de coordenação e integração entre as instituições responsáveis por tais informações, de modo a garantir eficiência ao processo de produção, à sua cobertura temática e ao preenchimento de lacunas, sem duplicação de esforços e com economicidade, elemento de grande valia no ambiente de restrição orçamentária ao qual o País está submetido.

Para que se avance nesse sentido, faz-se necessário estabelecer padrões de trocas de dados cadastrais e canais comuns com os serviços mantidos por Ministérios para uso dos registros produzidos como fonte estatística, o que propiciará a produção de indicadores harmonizados e permitirá ao IBGE realizar pesquisas mais especializadas e tempestivas, cobrindo temas sobre os quais os registros administrativos não informam.

Tais requisitos evidenciam a importância e a urgência da estruturação, no País, de um sistema de informações estratégicas articuladas e integradas que, através de arranjos institucionais estabelecidos entre as entidades oficiais gestoras de bases de dados, contribua de modo efetivo para o conhecimento da realidade nacional.

Assim, ampliar o escopo espacial e o detalhamento temático das pesquisas de modo que o espectro de informações e estudos produzidos responda às necessidades dos diversos setores da sociedade e integre informações produzidas pelos diversos órgãos partícipes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) possui caráter estratégico. Esses avanços consistem, portanto, na ampliação da abrangência temática e espacial dos levantamentos, sua permanência temporal e a padronização conceitual, que poderão levar a um detalhamento maior de informações produzidas em áreas como a saúde, educação, assistência social e saneamento básico.

Serão promovidos, pois, eventos com instituições nacionais produtoras de informações oficiais e o estabelecimento de acordos interinstitucionais que possibilitem a integração das bases de dados que aprimorem o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, bem como a elaboração de diagnósticos mais precisos e o monitoramento periódico das políticas públicas.

Um bom funcionamento de um sistema nacional de informações será capaz de produzir informações confiáveis e com qualidade que atendam aos requisitos mínimos para a geração de indicadores, como, por exemplo, aqueles a serem utilizados no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inseridos no contexto da Agenda 2030, um plano de ação global para alcance da dignidade e transformação nas dimensões social, econômica e ambiental, cujo acompanhamento se coloca-se como compromisso prioritário dos países, bem como para o apoio aos processos decisórios.

INDICADORES ESTRATÉGICOS						
TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Número de novos quesitos implementados na PNAD contínua (em suplementos novos ou já existentes)	Contagem de novos quesitos implementados na PNAD Contínua	Número	0	Anual	Diretoria de Pesquisas / IBGE	31/12/2015
Taxa de Instituições que aderiram à INDE	$\{[0,1*(\text{Número de instituições com plano de adesão à INDE concluído}/\text{Total de instituições com plano de adesão à INDE})]+[0,4*(\text{Número de instituições com metadado cadastrado}/\text{Total de instituições com metadado})]+[0,5*(\text{Número de instituições com geoserviço cadastrado}/\text{Total de instituições com geoserviço})]\} * 100$	%	32%	Anual	Diretoria de Geociências / IBGE	01/04/2016

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: IBGE</b> Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos</p> <p><b>Descrição:</b> Objetiva-se ampliar o escopo espacial e o detalhamento temáticos das pesquisas de modo que as informações e estudos produzidos respondam às necessidades dos diversos setores da sociedade e integrem informações produzidas pelos diversos órgãos integrantes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais</p>	<p>01: Ampliação e aprimoramento da produção estatística</p> <hr/> <p>02: Ampliação e aprimoramento de Sistemas Síntese</p> <hr/> <p>03: Ampliação e aprimoramento da produção geocientífica</p>	<p>01: Novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC) 02: Novos quesitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua implementados 03: Modelo dos módulos da Munic reformulado 04: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) completa realizada 05: Estudo para estruturação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA) concluído 06: Modelo integrado de pesquisas por empresas definido</p> <hr/> <p>01: Projeto de implementação das contas nacionais trimestrais por setores institucionais desenvolvido 02: Metodologias para o cálculo da conta de patrimônio não financeiro anual e para a compilação da matriz de absorção de capital elaboradas</p> <hr/> <p>01: Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) dos sistemas <i>Global Navigation Satellite System</i> (GNSS) implementadas em regiões metropolitanas 02: Novos recortes geográficos implantados 03: Mudanças de uso e cobertura da terra nas áreas prioritárias mapeadas 04: Mapa de biomas na escala de 1:250.000 produzido 05: Base cartográfica contínua na escala de 1:100.000 produzida</p>
<p><b>Objetivo 02: IBGE</b> Promover e organizar o Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO)</p> <p><b>Descrição:</b> Consolidar a organização do Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), que promoverá, mediante acordos interinstitucionais e ações integradas, o desenvolvimento, a adaptação e a adoção de normas e padrões no processo de produção de informações oficiais no País</p>	<p>01: Promoção de articulação institucional</p> <hr/> <p>02: Implantação da infraestrutura e dos padrões de suporte ao SNIO</p>	<p>01: Comitê de Estatísticas Econômicas (CEE) constituído 02: Acordos de cooperação com Instituições federais produtoras de informação assinados</p> <hr/> <p>01: Procedimentos de integração de metadados estatísticos e geo-espaciais definidos 02: Padrão DDI para metadados disseminado 03: Portal do Sistema Nacional de Informações Oficiais implantado</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 03: IBGE</b> Ampliar a contribuição internacional nas áreas de estatística e de geociências</p> <p><b>Descrição:</b> Ampliação da participação e da representação formal do IBGE, enquanto órgão oficial de informações do País, em instâncias e fóruns técnicos internacionais relacionados às áreas de estatística e de geociências</p>	<p>01: Criação de Centros de Referência para Capacitação Estatística</p>	<p>01: Centros de Referência em países do continente africano implantados</p>
<p><b>Objetivo 04: IBGE</b> Construir o Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA)</p> <p><b>Descrição:</b> Implantação do Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA), que promoverá o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso de informações ambientais nos diferentes níveis da Administração Pública</p>	<p>01: Promoção de articulação institucional para o SNIA</p> <p>02: Implantação de padrões de suporte ao SNIA</p>	<p>01: Comitê de Estatísticas Ambientais constituído</p> <p>01: Quadro de referência das informações ambientais implantado</p>
<p><b>Objetivo 05: IBGE</b> Adotar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos</p> <p><b>Descrição:</b> Objetiva-se ampliar o escopo espacial e o detalhamento temáticos das pesquisas de modo que as informações e estudos produzidos respondam às necessidades dos diversos setores da sociedade e integrem informações produzidas pelos diversos órgãos integrantes de um Sistema Nacional de Informações Oficiais</p>	<p>01: Desenvolvimento de padrões para interoperabilidade de registros administrativos</p>	<p>01: Instituições capacitadas nos padrões de compartilhamento de dados geoespaciais para adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)</p> <p>02: Conceitos das variáveis dos registros para apropriação estatística padronizados</p> <p>03: Infraestrutura de TI para recepção e armazenamento de dados desenvolvida</p> <p>04: Modelo da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária reformulado</p> <p>05: Modelo da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico reformulado</p>

### Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas



A economia brasileira encontra-se atualmente numa fase de crescimento negativo, advindo de uma combinação de desequilíbrio das contas públicas, elevado grau de rigidez orçamentária, desalinhamento dos preços relativos e desequilíbrio das contas externas.

A retomada do crescimento depende da condução consistente da política macroeconômica pelo Governo, em especial no que tange ao resgate da credibilidade na gestão fiscal e na implementação dos ajustes necessários à sustentabilidade das contas públicas, mas necessita também de um conjunto de medidas microeconômicas e de ajustes regulatórios que enfrentem importantes obstáculos ao investimento, em particular, e à atividade econômica de maneira geral.

Neste contexto, é urgente a implementação de ações que viabilizem a melhoria das políticas públicas, em especial em relação ao gasto público, e, neste sentido, as avaliações de políticas públicas são um instrumento importante para este fim.

Atualmente, não há uma relação clara entre o planejamento de longo prazo, o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). Serão envidados esforços no sentido de dar alinhamento a essas três ferramentas. Com isso, o planejamento de longo prazo apresentará as linhas gerais para definição das políticas públicas prioritárias que, por sua vez, estarão declaradas no PPA, enquanto que as decisões alocativas dos recursos orçamentários e financeiros considerarão a magnitude das metas declaradas no Plano.

Ressalte-se a importância dos estudos prospectivos para subsidiar a formulação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento de médio e longo prazo e o aprimoramento de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, com base em diferentes metodologias, tais como construção de cenários e elaboração de modelos, consolidando as projeções de longo prazo utilizadas pelos diversos órgãos de governo.

Dessa forma, o Governo Federal criou o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP), conforme Portaria Interministerial MP/MF/CC/CGU n° 102, de 07 de abril de 2016. O CMAP tem por finalidade:

- aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações do Poder Executivo Federal para que alcancem melhores resultados; e
- aprimorar a alocação de recursos e melhorar a qualidade do gasto público.

As avaliações das políticas públicas têm o propósito de auxiliar o tomador de decisão na escolha da melhor alternativa para o País. Contudo, na Câmara de Comércio Exterior (Camex), que é uma das áreas de atuação direta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, percebeu-se que a maioria dos pleitos de alteração tarifária não se faziam acompanhar de análise de impacto econômico suficiente para a tomada de decisão. Dessa feita, o MP desenvolverá metodologia amparada em sistema de informática que propiciará análise de impacto das medidas propostas.

Nessa mesma linha de prover meios necessários para auxiliar o tomador de decisão, percebe-se que quanto à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) embora alguns órgãos da Administração Pública Federal desenvolvam Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTIs) com foco estratégico, significativa parcela dos órgãos incluem, dentre o rol de seus compromissos, apenas aquisições de equipamentos ou outras questões de relevância restrita. O foco estratégico das ações de TIC tem sido insuficientemente abordado nos PDTIs.

Para tornar o uso de TIC estratégico, serão disseminadas as seguintes estratégias às unidades setoriais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP):

- a) Contratualizar compromissos de execução de projetos e ações com os órgãos do SISP em três eixos: projetos estratégicos do órgão, princípios e objetivos da Estratégia de Governança Digital – EGD, e melhoria de processos estruturantes de governança e gestão de TI;
- b) Expandir e melhorar serviços públicos digitais, mediante:
  - i. disseminação da política de serviços digitais;
  - ii. expansão dos serviços publicados no Portal de Serviços Públicos; e
  - iii. padronização da oferta de serviços públicos digitais; e
- c) Promover soluções inovadoras de TIC para o Estado.

## INDICADORES ESTRATÉGICOS

TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de estudos de monitoramento e avaliação (publicação equivalente)	(Somatório da pontuação das publicações voltadas ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas) / (somatório da pontuação de todas as publicações) * 100	%	Não mensurado	Anual	IpeaProjetos/Ipea	Não mensurado
Número de avaliações executivas concluídas.	Contagem do número avaliações executivas concluídas	Unidade	Não Possui	Anual	SEPLAN	Não mensurado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<b>Objetivo 01: SEPLAN</b> Fortalecer o planejamento governamental e sua integração com o orçamento federal  <b>Descrição:</b> Alinhar o planejamento de longo prazo, os objetivos e metas de médio prazo, e as decisões de curto prazo	01: Aprimoramento da integração dos ciclos de gestão do PPA com o orçamento	01: Fluxo decisório entre SOF, SEST e SEPLAN desenhado 02: PPA e planejamento de longo prazo alinhados
	02: Implementação do modelo de gestão do PPA com ênfase no monitoramento participativo	01: Metodologia de monitoramento participativo elaborada 02: Novo modelo de avaliação dos programas do PPA desenvolvido 03: Informações do PPA divulgadas em Portal na internet
	03: Coordenação da elaboração de plano estratégico de longo prazo	01: Plano estratégico de longo prazo elaborado
	04: Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020-2023	01: Metodologia definida 02: Manuais elaborados 03: Oficinas de elaboração realizadas
<b>Objetivo 02: SEPLAN</b> Contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e investimentos  <b>Descrição:</b> Auxiliar na formulação e implementação de medidas para a retomada do crescimento e na coordenação e produção de avaliações executivas	01: Contribuição na formulação e revisão de marcos regulatórios e programas setoriais	01: Notas técnicas elaboradas
	02: Desenvolvimento de avaliação executiva de políticas públicas	01: Relatórios de avaliação com propostas para ajustes e aprimoramentos elaborados
	03: Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) como instrumento de subsídio à gestão de políticas públicas	01: Adesão efetiva dos órgãos à INDE aumentada 02: Modelo de governança conjunta da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e da INDE implantado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 03: SEPLAN</b> Aprimorar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política econômica</p> <p><b>Descrição:</b> Auxiliar no aperfeiçoamento da política econômica</p>	<p>01: Contribuição na formulação, acompanhamento e condução da política econômica</p>	<p>01: Propostas elaboradas 02: Notas técnicas elaboradas 03: Acompanhamento e projeção de indicadores econômicos e sociais realizados</p>
<p><b>Objetivo 04 - Ipea</b> Monitorar, avaliar e formular políticas públicas e programas em cooperação com órgãos governamentais</p> <p><b>Descrição:</b> Fortalecer, sistematizar e institucionalizar as atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais realizadas pelo Ipea</p>	<p>01: Fortalecimento da atuação no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP)</p> <p>02: Implantação de sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas</p> <p>03: Fortalecimento da capacitação para monitoramento e avaliação de políticas e programas</p>	<p>01: Manual Ipea sobre avaliação de políticas públicas publicado 02: Avaliações de políticas e programas realizadas</p> <p>01: Sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas implantada</p> <p>01: Plano de capacitação para avaliação de políticas e programas instituído</p>
<p><b>Objetivo 05 – Ipea</b> Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo</p> <p><b>Descrição:</b> Promover estudos prospectivos que subsidiem a formulação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento de médio e longo prazo consolidando as projeções de longo prazo utilizadas pelos diversos órgãos de governo</p>	<p>01: Ampliação de estudos prospectivos com a utilização de modelos e cenários</p> <p>02: Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento de médio e longo prazo</p> <p>03: Fortalecimento da capacitação para elaboração de estudos prospectivos</p>	<p>01: Estudos prospectivos realizados com a utilização de modelos e cenários</p> <p>01: Plataforma ODS disponibilizada</p> <p>01: Plano de capacitação para elaboração de estudos prospectivos instituído</p>
<p><b>Objetivo 06 - SEAIN</b> Qualificar tecnicamente as decisões das políticas de comércio exterior</p> <p><b>Descrição:</b> Estudos ou análises de pleitos selecionados para deliberação poderão ter análise de impacto econômico mais qualificada tecnicamente, com o apoio de ferramentas</p>	<p>01: Implantação do modelo de impactos tarifários</p>	<p>01: Software definido e implantado 02: Modelo de impacto tarifário definido</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 07 – STI</b> Aumentar a efetividade das políticas públicas com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)</p> <p><b>Descrição:</b> Políticas públicas suportadas eficazmente por TICs</p>	01: Compartilhamento de soluções e modelos de negócio de TIC	01: Catálogo de Software do SISP elaborado 02: Modelo de Infraestrutura como serviço (IaaS) elaborado 03: Portaria do Software Público Brasileiro publicada
	02: Fortalecimento da gestão de pessoas no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)	01: Programa de Aperfeiçoamento em TIC aprimorado 02: Gestão por competências dos servidores de TIC implantada
	03: Governança de TIC nos órgãos do SISP	01: Modelo de governança de TIC publicado 02: Escritório de Projetos do SISP implantado
	04: Racionalização de recursos com o uso de TIC	01: Oficinas de Análise de pontos por função realizadas
	05: Disseminação do conhecimento em TIC	01: Novo Guia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP publicado 02: Orientações para contratação de serviços de contagem de pontos por função publicadas
	06: Apoio às compras públicas compartilhadas de TIC	01: Compras compartilhadas de TIC 2016 a 2019 (sob demanda)
	07: Integração e padronização das infraestruturas das redes de comunicação	01: Versão mais atual do Protocolo de Internet (IPv6) disseminada 02: Solução de segurança para o VoIP da INFOVIA atualizada 03: Rede VoIP da INFOVIA integrada 04: Plano de Integração de Redes Governamentais elaborado 05: Rede óptica INFOVIA ampliada
	08: Segurança nas interações digitais	01: Metodologia de Gestão de riscos em Segurança da Informação e Comunicação (SIC) implantada 02: Sistemas estruturantes certificados digitalmente 03: Programa Brasileiro de Certificação e Homologação de Ativos de TIC implantado
	09: Políticas, diretrizes e normas relativas à contratação de soluções de TIC	01: Guia de contratação de serviços em nuvem publicado 02: Orientação normativa sobre uso de computação em nuvem publicada 03: Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (PCTIC) implantado

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 04

### Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência



O Ministério busca desenvolver capacidades e instrumentos que permitam ajustar as estruturas administrativas, de forma a promover a eficiência e qualidade na prestação de serviços à sociedade, o acesso público e o fortalecimento da transparência aos dados e informações de interesse coletivo.

O uso de dados abertos está em estágio inicial no Brasil e é fator primordial na promoção da transparência de dados à sociedade, com acesso simples, em formato facilmente manuseável, com garantia de segurança da informação e da comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão. Para tanto, pretende-se fortalecer o marco legal, disseminar a política e interligar o portal de dados abertos com informações do Governo Federal, de Estados e Municípios.

A elaboração de um novo Plano de Dados Abertos (PDA), o acompanhamento sistemático da atualização da Seção “Acesso à Informação” no Portal do MP e a elaboração de guia de transparência ativa contribuirão para a melhoria na prestação de informações ao cidadão e na transparência ativa do MP.

Existe ainda a necessidade de aprimoramento das atividades para atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), principalmente em relação ao treinamento das unidades e a melhoria no Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC).

No contexto da gestão documental, o acervo do MP, com ênfase naqueles provenientes de órgãos extintos, encontra-se descentralizado, com risco permanente para sua integridade física. Estão previstas atividades intensivas de digitalização de documentos, centralização do acervo em local com adequado armazenamento e recuperação de informações, com a utilização de recursos de TI e formas de arquivamento que confirmam maior controle do acervo, com baixo custo operacional.

Foram identificadas, ainda, oportunidades para melhorias nos processos de atendimento aos cidadãos, servidores públicos federais e pensionistas, que possibilitariam a redução no tempo de resposta às solicitações, por meio da melhoria em processos, adoção intensiva de tecnologia e capacitação dos servidores envolvidos nos processos.

## INDICADORES ESTRATÉGICOS

TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de integrantes da rede de informantes capacitados	(Quantidade total de integrantes da rede capacitados) / (quantidade total de integrantes) * 100	%	0	Quadrimestral	BI (quilkview) COINF	05/05/2016
Percentual de órgãos com planos aprovados de disponibilização e uso de dados abertos	(Total de órgãos com planos aprovados de disponibilização e uso de dados abertos) / (total de órgãos do SISP) x 100	%	4,6%	Semestral	CGDSD/DEGDI/ STI	jul/16

## OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES

## INICIATIVAS

## ENTREGAS

### Objetivo 01: STI

Ampliar a disponibilização e o uso de dados abertos

#### Descrição:

Ofertar dados e indicadores de todos os órgãos do SISP para consulta pelos demais órgãos públicos e sociedade, com acesso simples e em formato facilmente manuseável

01: Disseminação da política de dados abertos na Administração Pública Federal

01: Capacitação em dados abertos realizada  
02: Portal de Dados Abertos evoluído  
03: Decreto sobre licença de dados abertos publicado

### Objetivo 02: DIPLA

Promover o aperfeiçoamento do acesso à informação e da transparência ativa

#### Descrição:

Desenvolver atividades que promovam a publicação proativa de informações públicas

01: Implantação do Plano Diretor de Transparência Ativa

01: Plano Diretor implementado e regulamentado

02: Reciclagem e capacitação da rede de informantes

01: Rede de informantes do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) capacitada

03: Melhoria do Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC) e do *Business Intelligence* (BI) do SIC

01: Novo sistema SDSIC construído  
02: Ferramenta de *Business Intelligence* (BI) do SIC melhorada

### Objetivo 03: DIPLA

Aprimorar a gestão da informação

#### Descrição:

Desenvolver atividades que permitam garantir rapidez e segurança na identificação de documentos do MP

01: Modernização da Biblioteca

01: Biblioteca modernizada  
02: Banco Único de Legislação implantado

02: Implantação do Projeto Arquivo Digitalizado do MP

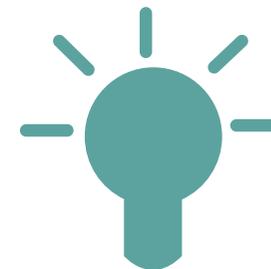
01: Projeto implantado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 04: DTI</b> Aprimorar a gestão da informação no portal de dados abertos</p> <p><b>Descrição:</b> Ampliar o quantitativo de dados publicados no portal de dados abertos, disponibilizando informações de todas as áreas do MP</p>	<p>01: Estruturação e Implantação de Processo de Análise de Informações</p>	<p>01: Processo de análise de informações implantado</p>
<p><b>Objetivo 05: DEPEX</b> Aprimorar a gestão documental</p> <p><b>Descrição:</b> Reorganizar os acervos documentais do DEPEX mediante adequada localização física e implantação de moderna gestão documental</p>	<p>01: Elaboração de proposta para regulamentação da digitalização, do armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente e da reprodução de documentos públicos e privados</p> <p>02: Reformulação do processo de gestão de acervos documentais</p>	<p>01: Minuta de Projeto de Lei sobre digitalização com eliminação de documentos elaborada</p> <p>01: Fábrica de Tratamento e Digitalização de Documentos implantada</p>
<p><b>Objetivo 06: DEPEX</b> Reduzir o tempo de resposta no atendimento às demandas dos cidadãos, servidores públicos federais e pensionistas</p> <p><b>Descrição:</b> Proporcionar atendimento tempestivo e de qualidade aos servidores federais ativos e inativos sob gestão do DEPEX e demais interessados, mediante procedimentos padronizados, informações disponibilizadas em diversos meios e servidores capacitados</p>	<p>01: Revisão dos processos de trabalho</p> <p>02: Reformulação da página do Departamento na Internet</p>	<p>01: Processos revisados</p> <p>01: Nova página do DEPEX disponibilizada</p>

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 05

### Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e melhoria dos processos



A Administração Pública de vários países vem passando por processos de reformas de modo a se ajustar às transformações econômicas, políticas e sociais. Para atender às novas demandas impostas ao setor público, os governos em geral têm se voltado ao fomento de práticas inovadoras aplicadas à melhoria da gestão e da prestação de serviços, como também à intensificação da interação com a sociedade, com ferramentas alinhadas aos princípios de Governo Aberto.

O grande desafio atual, portanto, é modernizar e inovar a gestão pública em uma abordagem consciente, deliberada, sistemática, fomentando debates, cocriação de projetos e disseminação de metodologias, inclusive por meio das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Torna-se necessário que o setor público brasileiro promova projetos e iniciativas que inovem, simplifiquem e aperfeiçoem a gestão pública, de modo a gerar maior produtividade, eficiência e melhores respostas aos diversos desafios sociais da atualidade, por meio de maior transparência e processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade. O cenário desejado aponta para uma Administração Pública Federal moderna, ágil, eficaz, responsiva, permeável e sensível às demandas e necessidades da sociedade como um todo.

Existe a percepção de que o Ministério não realiza plenamente seu potencial de aprimorar as políticas e programas governamentais e promover a modernização da gestão pública, por não conseguir disseminar as informações de modo adequado aos diferentes públicos-alvo. Torna-se necessário o desenvolvimento de ações de disseminação das informações em formatos inovadores, tais como portais interativos e novas mídias e mapeamento de inovações no setor público, que contribuam para a modernização da gestão pública, além do treinamento dos quadros técnicos do Estado.

Nesse sentido, o MP vem adotando uma estratégia para promover o aprimoramento e modernização da gestão de forma estruturada e sistemática na Administração Pública Federal, que inclui os seguintes eixos:

- Integração e estímulo a arranjos e ambientes de inovação para a resolução de problemas complexos da Administração Pública Federal;

- Simplificação de serviços públicos federais prestados aos cidadãos e às empresas, além de processos relacionados aos serviços internos do Governo;
- Promoção de melhorias no processo de compras públicas bem como a comparação de preços entre diferentes processos licitatórios; e
- Elaboração e adaptação de soluções e sistemas para a melhoria de processos e serviços públicos federais.

Em todos os eixos, o MP atua na promoção direta de instrumentos e serviços a serem disponibilizados transversalmente aos órgãos da Administração Pública Federal, e também oferece apoio e prestação de consultoria a órgãos e unidades que precisam desenvolver projetos específicos afetos à suas áreas.

Visando aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) é a solução tecnológica estruturante que realiza o registro das operações de transferências voluntárias da União. O Sistema possui cerca de 125 mil usuários e 43 mil entidades cadastradas (órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, organizações da sociedade civil, instituições financeiras e órgãos de controle).

Para se alcançar o modelo de negócio ideal de gestão de resultados, de efetividade da política pública, tornando mais rápidas as entregas de políticas públicas para a sociedade e mais compreensíveis, acessíveis e transparentes à sociedade os resultados das transferências da união, serão adotadas as seguintes medidas:

- Padronizar processos e projetos: aumento da eficiência e redução de custos de operação;
- Integrar os atores: melhoria da comunicação entre os atores e incentivo na busca de soluções de forma coletiva;
- Aumentar a transparência: soluções tecnológicas que permitam o acompanhamento da execução; e
- Ampliar a oferta de serviços aos atores: soluções de fácil acesso com alta qualidade e desempenho, além de reduções significativas de custos.

No que diz respeito a fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de agentes públicos, em adequação às necessidades e competências dos diferentes segmentos e órgãos da Administração Pública, almeja-se incrementar a oferta de capacitações abertas aos servidores em geral, via cursos presenciais e à distância, assim como desenhar programas de capacitação voltados para necessidades específicas das instituições (turmas fechadas, cursos de especialização), por meio da oferta de cursos de ensino à distância (EaD) e da ampliação dos seminários técnico-gerenciais.

Com vistas ao fomento da inovação na gestão pública, é necessária a implementação de esforços para melhoria dos processos, tornando-os mais leves, menos custosos e mais efetivos e eficientes, melhorando assim o atendimento ao público e os resultados institucionais.

No contexto do uso das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), verificou-se o escasso compartilhamento e integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura. Devido ao desenvolvimento de ações isoladas nesse sentido, gerando redundância e duplicação de esforços e custos, estão previstas a integração de bases de dados, com cruzamento sistemático de informação entre projetos e políticas públicas, com diminuição de gastos e otimização de processos. Como decorrência dessas ações, idealiza-se o compartilhamento de dados pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e o uso disseminado de indicadores para a melhoria de processos, projetos e políticas públicas.

Existe uma heterogeneidade nos ambientes tecnológicos utilizados pelas diversas unidades do MP. A participação das áreas de negócio para definição de modelos tecnológicos das soluções de TIC visando atender às suas necessidades, reutilizando e compartilhando recursos e reduzindo custos e prazos, ocorrerão de forma progressiva.

Deverá ser implantada a gestão do ciclo de vida dos serviços de TIC, com a racionalização da arquitetura corporativa, ampliação do escopo do Processo de Entrega de Soluções (PES) para o de Processo de Entrega de Serviços (PESv), contemplando todo o ciclo de vida de um serviço de TI. O atendimento de novas necessidades será orientado pela arquitetura corporativa; as exceções deverão ser justificadas e ter seus custos de propriedade aprovados previamente e, assim, realizar uma gestão do ciclo de vida de serviços por meio de uma arquitetura corporativa com otimização de recursos humanos e orçamentários.

A autonomia das unidades de negócio, com soluções de TIC, mantendo a governança, se dará com a utilização de plataformas de autosserviço, agregando maior agilidade e autonomia às unidades de negócio, para que possam, com maior independência das equipes de TI, evoluir seus processos de trabalho, sem perder a aderência às arquiteturas corporativas definidas. Inclui, ainda, elevar para um Comitê de Gestão Estratégica, composto pela alta administração do MP, as decisões estratégicas sobre as questões de TI e de Segurança da Informação e Comunicações, mudando a atuação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), que assumiriam um papel mais executivo e de apoio ao Comitê de Gestão Estratégica.

Por fim, o Poder Executivo Federal possui um total de aproximadamente 24 mil cargos comissionados em suas estruturas regimentais. Busca-se, nesse momento, consoante ao contexto do ajuste fiscal, a redução das despesas relativas a esse quesito ao mesmo tempo em que se reorganiza a estrutura na busca de melhorar a eficiência e a gestão da máquina pública.

INDICADORES ESTRATÉGICOS						
TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de ocupação de cargos do Grupo-DAS por pessoal sem vínculo	$(\text{Quantitativo de ocupantes de cargos DAS sem vínculo}) / (\text{Quantitativo de cargos de DAS e FCPE disponíveis}) * 100$	%	25,33%	Anual	Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais – MP/DEMOR/SEGES	Dez/2015
Percentual de serviços públicos digitais em relação ao número de serviços públicos cadastrados no Portal de Serviços do Governo Federal	$(\text{Total de serviços públicos digitais cadastrados no Portal de Serviços do Governo Federal}) / (\text{total de serviços públicos cadastrados no Portal de Serviços do Governo Federal}) * 100$	%	Não possui	Semestral	CGDSD/DEGDI/ STI	Não mensurado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SEGES</b> Inovar, simplificar e melhorar processos e serviços públicos</p> <p><b>Descrição:</b> Promover no setor público brasileiro projetos e iniciativas que inovem, simplifiquem e aperfeiçoem a gestão pública, de modo a gerar maior produtividade, eficiência e melhores respostas aos diversos desafios sociais da atualidade, por meio de maior transparência e processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade</p>	<p>01: Implantação do projeto Agiliza</p> <hr/> <p>02: Desenvolvimento do Requerimento Eletrônico de Serviços Públicos - SEGES</p> <hr/> <p>03: Implantação do Programa de Inovação no Setor Público - InovaGov</p>	<p>01: Pesquisas concluídas 02: Ações de redesenho, simplificação e automação de serviços/processos executadas</p> <hr/> <p>01: Solução tecnológica de requerimento eletrônico de serviços públicos desenvolvida</p> <hr/> <p>01: Estratégia para adesão de órgãos e entidades definida e executada 02: Rede de Inovação no Setor Público – InovaGov estruturada</p>
<p><b>Objetivo 02: SEGES</b> Aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias</p> <p><b>Descrição:</b> Estruturação e fortalecimento da Rede Siconv por meio da construção de uma plataforma tecnológica que melhore a gestão das transferências da União</p>	<p>01: Aperfeiçoamento da Gestão de Convênios</p> <hr/> <p>02: Implantação da gestão de riscos no processo de transferências voluntárias</p>	<p>01: Normativos Revisados 02: Padrões estabelecidos e boas práticas compartilhadas 03: Nova plataforma tecnológica integrada (PPP) disponibilizada</p> <hr/> <p>01: Gestão de riscos implementada</p>
<p><b>Objetivo 03 - SEGES</b> Aperfeiçoar as estruturas organizacionais e profissionalizar a ocupação dos cargos e funções que as compõem</p> <p><b>Descrição:</b> Manutenção de equipe especializada na análise e tramitação de processos de racionalização de estruturas organizacionais para o Poder Executivo</p>	<p>01: Reforma Administrativa</p> <hr/> <p>02: Implantação da Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE</p>	<p>01: Minutas de decreto de estrutura finalizadas</p> <hr/> <p>01: Minutas de normativos finalizadas</p>
<p><b>Objetivo 04: Enap</b> Fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de agentes públicos, adequados às necessidades e competências dos diferentes segmentos e órgãos da Administração Pública</p> <p><b>Descrição:</b> Incrementar a oferta de capacitações abertas aos agentes públicos, por meio de cursos presenciais e à distância</p>	<p>01: Incremento na oferta de eventos de capacitação</p>	<p>01: Oferta de turmas abertas em eventos de capacitação ampliada e diversificada 02: Série Seminários Técnico-Gerenciais ampliada</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 05: Enap</b> Fomentar a inovação na gestão pública</p> <p><b>Descrição:</b> Servidores capacitados e motivados, que valorizem e promovam a inovação em seus processos internos</p>	<p>01: Incentivo à inovação</p>	<p>01: Apoio a projetos por parte do Laboratório de Inovação em Governo – G.Nova realizado</p> <p>02: Iniciativas inovadoras disseminadas por meio do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal implementada</p>
<p><b>Objetivo 06: Enap</b> Produzir e disseminar estudos e pesquisas aplicadas à Administração Pública e à modernização do Estado</p> <p><b>Descrição:</b> Ampliação da informação disponível sobre experiências inovadoras e boas práticas na gestão pública</p>	<p>01: Produção e disseminação de conhecimento em Administração Pública</p>	<p>01: Unidade gestora de pesquisas sobre a Administração Pública Federal constituída</p> <p>02: Divulgação da Revista do Serviço Público e dos Cadernos Enap ampliada</p>
<p><b>Objetivo 07: DIPLA</b> Estruturar o Escritório de Processos para aperfeiçoar a melhoria de processos de suporte aos serviços do MP</p> <p><b>Descrição:</b> Definição clara da metodologia, dos <i>templates</i>, do escopo, da abrangência e dos entregáveis para a melhoria dos processos do MP</p>	<p>01: Estruturação do Escritório de Processos</p>	<p>01: Relatório contendo as diretrizes para a implementação do Escritório de Processos elaborado</p> <p>02: Plano de implementação preparado</p> <p>03: Relatório de evidências elaborado</p>
<p><b>Objetivo 08: DTI</b> Definir os modelos tecnológicos das soluções de TIC com as unidades de negócio</p> <p><b>Descrição:</b> Adoção de modelos tecnológicos padronizados definidos previamente com a participação das áreas de negócio</p>	<p>01: Definição de Modelos Tecnológicos</p>	<p>01: Modelos tecnológicos definidos</p>
<p><b>Objetivo 09: DTI</b> Implantar a gestão do ciclo de vida dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com a racionalização da arquitetura corporativa</p> <p><b>Descrição:</b> Definir uma gestão do ciclo de vida de serviços por meio de uma arquitetura corporativa com otimização de recursos humanos e orçamentários</p>	<p>01: Estruturação e Implantação de Processo de Entrega de Serviços</p>	<p>01: Subprocessos para gestão de serviços de TIC implantados</p> <p>02: Subprocessos para desenvolvimento de soluções orientados a serviço definidos</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 10: DTI</b></p> <p>Aumentar a autonomia das unidades de negócio com soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mantendo a governança</p> <p><b>Descrição:</b></p> <p>Utilização de plataformas de autosserviço, agregando maior agilidade e autonomia às unidades de negócio</p>	<p>01: Implantação de Autosserviço para inteligência negocial (<i>Business Intelligence</i>)</p>	<p>01: Processo de Autosserviço definido</p>
<p><b>Objetivo 11: DTI</b></p> <p>Estimular a governança integrada no MP</p> <p><b>Descrição:</b></p> <p>Articular para envolver a alta administração na criação do Comitê de Gestão Estratégica e revisão da atuação dos comitês atuais, Comitê Estratégico de Tecnologia e Informação (CETI) e Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC) aprimorada</p>	<p>01: Aprimoramento das Estruturas de Governança de TI e Segurança da Informação e Comunicações no MP</p>	<p>01: Estrutura de governança aprimorada</p>
<p><b>Objetivo 12: DIRAD</b></p> <p>Aprimorar os sistemas e modernizar os processos internos do Ministério do Planejamento</p> <p><b>Descrição:</b></p> <p>Identificar atividades que agregam valor ao negócio com foco na melhoria do tempo e recursos para o resultado satisfatório para o cliente e cidadão</p>	<p>01: Análise e melhoria de processos e procedimentos</p>	<p>01: Normas operacionais revisadas</p> <p>02: Sistemas de frequência e de gestão de compras e contratos modernizados</p>
<p><b>Objetivo 13 - STI:</b></p> <p>Melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos com o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)</p> <p><b>Descrição:</b></p> <p>Acesso democratizado aos serviços públicos prestados por meios digitais (e-serviços); amplos canais de relacionamento entre a sociedade e o Estado e políticas de governo digital e de inclusão social e digital coordenadas</p>	<p>01: Acessibilidade nas informações e sistemas de governo</p> <hr/> <p>02: Ações de governo digital</p> <hr/> <p>03: Expansão e melhoria dos serviços públicos digitais</p>	<p>01: Capacitação em acessibilidade realizada</p> <p>02: Ferramentas para avaliação de acessibilidade implantadas</p> <p>03: Normativos e padrões sobre acessibilidade publicados</p> <p>04: Tradutor de português para Libras (VLIBRAS) implantado</p> <hr/> <p>01: Estratégia de Governança Digital (EGD) disseminada</p> <p>02: Normativos e publicações sobre a EGD publicados</p> <p>03: Novo Portal de Governo Eletrônico implantado</p> <p>04: Gestão de domínios gov.br reformulada</p> <hr/> <p>01: Módulo de Avaliação de serviços públicos no Portal de Serviços implantado</p> <p>02: Capacitação para catalogação no Portal de Serviços realizada</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 14 - STI:</b> Disponibilizar informações estratégicas e instrumentos para apoiar a tomada de decisão em políticas públicas</p> <p><b>Descrição:</b> Órgãos da Administração Pública Federal com fácil e amplo acesso a informações estratégicas confiáveis e tempestivas, das mais diversas áreas</p>	<p>01: Promoção da interoperabilidade de dados entre órgãos</p> <hr/> <p>02: Soluções inovadoras de TIC para o Estado</p>	<p>01: Capacitação em interoperabilidade realizada 02: Dados do Governo Federal catalogados 03: Normativos e padrões sobre interoperabilidade publicados</p> <hr/> <p>01: Política de uso estratégico de soluções e informação elaborada</p>
<p><b>Objetivo 15: Ipea</b> Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo</p> <p><b>Descrição:</b> Disponibilizar informações em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo, para influenciar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento</p>	<p>01: Criação de centro de capacitação em políticas públicas e desenvolvimento:</p> <hr/> <p>02: Implantação de estratégias de comunicação inovadoras</p> <hr/> <p>03: Mapeamento das inovações do Setor Público</p>	<p>01: Cursos de curta e média duração implementados 02: Programa de mestrado ampliado 03: Centro de Capacitação em Políticas Públicas e Desenvolvimento implantado</p> <hr/> <p>01: Formatos e meios de disseminação do conhecimento aprimorados</p> <hr/> <p>01: Laboratório de Inovação em governo implantado</p>

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 06

### Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade



O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão busca o permanente aprimoramento do processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade. Não obstante a clara evolução apresentada nos últimos anos nos mecanismos envolvidos no processo orçamentário - em padrões, normas, legislação, procedimentos e o uso intensivo de recursos de tecnologia da informação e comunicação -, ainda há que se evoluir no seu aprimoramento, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade.

Um dos mecanismos a ser utilizado é a produção de projeções fiscais confiáveis, indispensáveis para o exercício da responsabilidade fiscal e elaboração do orçamento público transparente. As projeções serão realizadas por meio do mapeamento de processos para elaboração do orçamento, elaboração de projeções orçamentárias e acompanhamento das despesas com pessoal e encargos sociais da União e por proposta de revisão da classificação orçamentária por fonte de recursos.

No que corresponde aos recursos orçamentários em TIC, a elevada concentração do orçamento, direcionada, em grande parte, ao principal contrato do Ministério, impede a ampliação e diversificação dos serviços para melhor atendimento às unidades, bem como compromete a qualidade dos serviços. Essa dependência em relação ao principal fornecedor vem sendo reduzida nos últimos anos, mas exige novas e contínuas reduções para se alcançar uma melhor distribuição dos recursos orçamentários e sua consequente otimização.

No que tange à gestão do gasto público com pessoal, é sinalizada a necessidade de adequação nos critérios utilizados para definição de amostras de lançamento na folha de pagamento. Espera-se a realização de análises mais efetivas, visando à identificação dos lançamentos manuais que indicam a ocorrência de possíveis inconsistências entre os dados cadastrais e financeiros e lançamentos cadastrais que reflitam as rubricas de pagamento de forma automática (não correspondência dos valores lançados em folha com os registros cadastrais constantes do SIAPE), por meio do desenvolvimento de algoritmos capazes de identificarem indícios de desconformidades de valores registrados manualmente pelos órgãos integrantes do SIAPE.

Prevê-se, com essas ações:

- eliminar a possibilidade de lançamentos financeiros de forma manual;
- evitar pagamentos indevidos;
- cálculo correto (parametrizado) do pagamento devido;
- agilidade nos pagamentos a partir do efetivo direito à percepção da vantagem (evitar a geração de pagamentos retroativos e passivos de pagamentos); e
- melhoria e redução dos fluxos e processos de trabalho das unidades de recursos humanos dos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

No que diz respeito à análise de ações judiciais no âmbito do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ), existe um volume elevado de ações cumpridas fora do Sistema, em virtude de limitações sistêmicas e falta de conhecimento dos integrantes do SIPEC sobre o adequado cumprimento das decisões. Planeja-se permitir que todas as ações judiciais sejam cumpridas dentro de um sistema seguro e completo, por meio da consolidação e implementação do módulo de “Ações Judiciais do SIGEPE”, com a capacitação dos integrantes do SIPEC.

Ainda concorre para o aprimoramento do gasto público a aquisição de bens e serviços utilizados na APF, caracterizado pelo alto nível de descentralização, em que cada órgão e entidade executa o processo de contratação de forma individualizada. Objetiva-se, por meio da estruturação e implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que esse processo seja executado de forma centralizada, proporcionando integração dos processos de trabalho atualmente difusos, com redução de custos da cadeia de suprimentos de serviços administrativos de uso em comum, com ganhos de qualidade e eficiência, além da desoneração das áreas-meio dos órgãos.

Pretende-se fomentar novos métodos de contratação para possibilitar ao mercado fornecedor apresentar inovações técnicas no fornecimento de bens e serviços e implementar um banco de preços de referência, visando auxiliar as equipes na formulação de editais de compras e contratações, bem como assegurar a realização de contratações mais vantajosas para o Governo. Além disso, almejam-se normativos mais adequados à realidade que se impõe, otimizando o processo de compras, contratações e gestão por parte das equipes administrativas dos órgãos e capacitação das equipes que atuam nos processos licitatórios.

No que concerne à otimização da alocação de recursos em função da participação em organismos internacionais, as informações sobre os compromissos de contribuição a organismos não se encontram suficientemente sistematizadas para conferir clareza quanto à natureza e magnitude dos compromissos, de maneira a viabilizar o planejamento orçamentário de médio prazo e embasar decisões a respeito da participação do Brasil. Projetam-se a elaboração de uma estratégia de atuação em cada um dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e a consolidação das informações sobre os compromissos de contribuição a organismos internacionais.

No contexto do financiamento de projetos com recursos externos, o desempenho da carteira é regular, considerando o tempo transcorrido entre a assinatura do contrato de empréstimo e a data do último desembolso. O Ministério deve aprimorar a relação com o mutuário no sentido de acompanhar ativamente a análise

e a execução dos projetos, por meio da padronização de procedimentos para elaboração de cartas consultas, preparação, negociação e acompanhamento da execução de projetos, articulação com agentes financiadores e mutuários, missões de acompanhamento e compartilhamento de lições aprendidas.

Quanto aos Mecanismos de Integração Regional, é premente a necessidade do Brasil de propor mudanças em diversas estruturas de integração na região, tais como o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), Corporação Andina de Fomento (CAF) e *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (BID). Tem-se como perspectiva estratégica incentivar reestruturações institucionais na gestão dos recursos do Mercosul e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), visando aumentar a qualidade do gasto público e a eficiência de gestão dos órgãos. Espera-se a ampliação de acordos de Compras Governamentais, que permitirão integrar países envolvidos, gerar ganhos de transparência, concorrência e cooperação técnica nessa área tão importante para a gestão do gasto público brasileiro.

INDICADORES ESTRATÉGICOS						
TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de redução dos valores contratados após implementação da família de compras	$(\text{Dispêndio anterior à implementação do projeto de aquisição e contratação da família} - \text{Dispêndio com a adoção do novo modelo}) / (\text{Dispêndio anterior à implementação do projeto de aquisição e contratação da família}) * 100$	%	Valor apurado com despesas incorridas na família considerando modelos atuais; Data de aprovação do Relatório de Diagnóstico (Inteligência Interna)	Anual	CENTRAL/SEGES	Valor apurado com despesas incorridas na família considerando modelos atuais; Data de aprovação do Relatório de Diagnóstico (Inteligência Interna)
Percentual de redução do tempo médio de realização de licitações na Administração Pública Federal na modalidade pregão eletrônico	$(\text{Tempo médio das licitações em 2015} - \text{Tempo médio das licitações no período apurado}) / (\text{Tempo médio das licitações em 2015}) * 100$	%	49 dias	Anual	SIASG - DELOG/SEGES	2015

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SEGRT</b> Aprimorar a gestão do gasto público com pessoal</p> <p><b>Descrição:</b> Realizar análises mais efetivas, visando a identificação de lançamentos manuais que indicam a ocorrência de inconsistências entre os dados cadastrais e financeiros</p>	<p>01: Aperfeiçoamento da gestão da folha de pagamento</p>	<p>01: Folha de pagamento com conformidade verificada</p> <p>02: Cobertura dos lançamentos manuais analisados</p> <p>03: Pagamentos automatizados</p> <p>04: Homologação da folha regulamentada</p> <p>05: Decisões judiciais geridas</p>
<p><b>Objetivo 02: SEGES</b> Aprimorar os processos de aquisição de bens e serviços no Poder Executivo Federal</p> <p><b>Descrição:</b> Implementar processo de aquisição e gestão de bens e serviços administrativos de uso em comum de forma centralizada, proporcionando redução de custos</p>	<p>01: Implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC)</p> <p>02: Elaboração de minuta da nova Lei de Licitações</p> <p>03: Padronização de Contratação de Serviços</p> <p>04: Elaboração de Regras de Proteção aos Prestadores de Serviços Terceirizados</p> <p>05: Implantação de Banco de Preços de Referência</p>	<p>01: Centro Implantado</p> <p>01: Proposta de nova Lei de Licitações encaminhada à Casa Civil</p> <p>01: Instrução Normativa com novos parâmetros e padronização para contratação dos serviços terceirizados publicada</p> <p>01: Decreto de Terceirização – regras de proteção aos prestadores de serviços terceirizados elaborado</p> <p>01: Banco de Preços de Referência implantado</p>
<p><b>Objetivo 03: SEAIN</b> Otimizar a alocação de recursos em função da importância estratégica de participação em organismos internacionais</p> <p><b>Descrição:</b> Construir uma estratégia de atuação em cada organismo financeiro internacional de desenvolvimento em que o MP seja o órgão de enlace</p>	<p>01: Elaboração de estratégia de atuação nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento</p>	<p>01: Estratégias desenvolvidas</p>
<p><b>Objetivo 04: SEAIN</b> Promover o aperfeiçoamento dos Mecanismos de Integração Regional</p> <p><b>Descrição:</b> Propor mudanças estruturais na gestão dos recursos do Mercosul e do Focem, visando aumentar a qualidade do gasto público e a eficiência de gestão dos órgãos</p>	<p>01: Elaboração de proposta de reestruturação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)</p> <p>02: Implementação do Orçamento Único do Mercosul</p> <p>03: Negociação de acordos de compras governamentais</p>	<p>01: Posição brasileira no GT Focem instruída</p> <p>02: Proposta de reestruturação concluída</p> <p>01: Posição brasileira no Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)/Grupo Mercado Comum (GMC) instruída</p> <p>01: Posição brasileira nos grupos negociadores de compras públicas instruída</p>

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 05: SEAIN</b> Contribuir para a efetividade dos projetos financiados com recursos externos</p> <p><b>Descrição:</b> Propor procedimentos para o aperfeiçoamento da análise e execução dos projetos.</p>	<p>01: Desenvolvimento de procedimento para melhoria da análise de projetos públicos com recursos externos</p> <p>02: Desenvolvimento de procedimento para melhoria do acompanhamento de projetos públicos financiados com recursos externos</p>	<p>01: Procedimentos de análise de projetos definidos</p> <p>01: Procedimentos para acompanhamento de projetos públicos definidos</p>
<p><b>Objetivo 06: DTI</b> Otimizar o uso dos recursos orçamentários em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</p> <p><b>Descrição:</b> Diversificar os fornecedores contratados para prestar serviços de TIC ao Ministério, com vistas à redução de custos contratuais e ampliação da oferta e qualidade dos serviços</p>	<p>01: Otimização de Custos</p>	<p>01: Metodologia de cálculo de custo de serviços de TIC definida</p> <p>02: Contratos de TIC renegociados</p> <p>03: Gastos com serviços de TIC, segmentados por unidade de negócio, avaliados</p>
<p><b>Objetivo 07: SOF</b> Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade</p> <p><b>Descrição:</b> Desenvolver iniciativas, procedimentos e normativos que contribuam para o aperfeiçoamento do processo orçamentário</p>	<p>01: Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no Processo Orçamentário</p> <p>02: Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais</p> <p>03: Implantação de Gestão de Competências na Secretaria de Orçamento Federal (SOF)</p> <p>04: Implantação do Programa de Educação Orçamentária</p> <p>05: Elaboração de Metodologia de Acompanhamento de Projetos</p> <p>06: Promoção do Acesso aos dados Orçamentários</p> <p>07: Implantação da Gestão de Riscos no processo orçamentário federal</p>	<p>01: Metodologia para uso das avaliações no processo orçamentário elaborada</p> <p>01: Processos de projeções fiscais mapeados e avaliados</p> <p>01: Competências técnicas e gerenciais mapeadas</p> <p>02: Gestão por competência na SOF implantada</p> <p>01: Programa de educação orçamentária implantado</p> <p>01: Metodologia elaborada</p> <p>01: Ferramentas e canais de informação simplificados e disponibilizados</p> <p>02: Plano de comunicação implementado</p> <p>01: Gestão de Riscos implementada</p>

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 07



### Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão tem a finalidade de conduzir a política de gestão de pessoas na Administração Pública Federal, promovendo a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades públicos. Identificou-se, na Administração Pública, a ausência de uma política integrada de gestão de pessoas que confira alinhamento ao conjunto de práticas isoladas experimentadas pelas organizações públicas de forma autônoma e não padronizada.

De fato, a despeito de todo o esforço empreendido pelo Poder Executivo Federal com vistas à informatização de seus processos mais críticos, existe carência de instrumentos que viabilizem a introdução de práticas institucionalizadas, como a gestão por competências, preconizada pelo Decreto 5.707/2006.

Percebe-se também, como fragilidade, o concernente às medidas de fortalecimento institucional orientadas à reposição ou ampliação da força de trabalho da APF, decorrentes de vacâncias ou aposentadorias, ou a ampliação do quadro por força da absorção de novas competências. As propostas encaminhadas a este MP carecem de fundamentação, haja vista que não decorrem de esforço de planejamento pautado em método que possibilite um consistente dimensionamento da força de trabalho.

Não há, também, regulamentação para as análises relativas à composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da APF, na qual o Ministério tem a competência de determinar o exercício de empregado ou servidor. Torna-se premente a regulamentação do assunto, tratado pelo §7º do art. 93 da Lei 8112/90, para que as avaliações das solicitações sejam efetuadas com base em critérios legalmente estabelecidos, sob hipótese de o Ministério extrapolar seus limites.

Nesse cenário, idealizam-se procedimentos e diretrizes que colaborem para um novo modelo de gestão de pessoas, como a integração e o alinhamento de políticas aos preceitos constitucionais que regulam a matéria, ao sistema de gestão por competências, à flexibilização de estruturas organizacionais que favoreçam a introdução de práticas inovadoras em Gestão de Pessoas e contribuam para a profissionalização dos quadros da Administração e disseminação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho.

Pretende-se, ainda, proceder à revisão/edição de normativos relacionados aos processos de força de trabalho, recrutamento e seleção, à organização de cargos, carreiras, progressão, promoção, remuneração, desenvolvimento de pessoas e gestão do desempenho, além da concepção do módulo de Desenvolvimento de Pessoas a ser integrado ao Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe).

O novo modelo de Gestão de Pessoas almeja ampliação da adesão dos servidores ao plano de previdência complementar, bem como uma retenção mais efetiva desses. Nesse sentido, há a necessidade de se aperfeiçoar o relacionamento com participantes e patrocinadores, promover a educação previdenciária, atender 100% das informações solicitadas com qualidade, agilidade e resolutividade e elaborar o Plano de Comunicação Anual. Dessa forma, serão adotados o monitoramento do sistema de busca ativa da seguradora, o aprimoramento e disseminação do programa de educação previdenciária, a implantação da oferta de consultoria e o planejamento financeiro para os participantes e implantação de ensino à distância sobre a Funpresp.

Na área de pessoal de órgãos extintos, verificou-se a necessidade de promoção de melhorias voltadas à qualidade e produtividade no âmbito do serviço público federal, com práticas e soluções existentes no MP e desenvolvidas no âmbito do DEPEX, principalmente no que se refere à gestão de pessoal, acervo documental e inventário.

Foi identificada ainda a possibilidade de destinação da gestão de pessoas, atribuída ao DEPEX, aos órgãos pertinentes, no que se refere à gestão de folha de pagamento de pessoal civil e militares dos ex-territórios, bem como Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros dos ex-territórios e antigo DF, e à gestão do quadro de pessoal e folha de pagamento de professores dos ex-territórios, gerando redução de despesas ao erário.

INDICADORES ESTRATÉGICOS						
TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de satisfação do usuário quanto às informações fornecidas	Quantidade de respostas obtidas na pesquisa de satisfação disponibilizada pela Ouvidoria (pós atendimento)	%	Não possui	Mensal	Portal	01/10/08
Percentual de Servidores Capacitados com, no mínimo, 2 cursos anuais	$(\text{Qtde de Servidores da SEGRT com, no mínimo 2 cursos realizados no ano}) / (\text{Qtde total de servidores da SEGRT}) * 100$	%	Não possui	Anual	Planilha do Programa de Avaliação de Capacitação/ DECDP - Departamento de Carreiras, Concursos e Desenvolvimento de Pessoas	Não mensurado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SEGRT</b> Aperfeiçoar o modelo de gestão de pessoas, alinhado aos desafios da Administração Pública Federal</p> <p><b>Descrição:</b> Integrar e alinhar a política de gestão de pessoas às melhores práticas</p>	01: Revisão da sistemática de análise de demandas relativas a concursos públicos e contratações temporárias	01: Minuta de ato administrativo ou normativo encaminhada
	02: Revisão da sistemática de análise de demandas relativas a planos de cargos e carreiras e remunerações	01: Minuta de ato administrativo ou normativo encaminhada
	03: Implementação de mecanismos indutores de desenvolvimento profissional	01: Minuta de ato administrativo ou normativo elaborada 02: Relatório de execução dos planos anuais de capacitação elaborado
	04: Reformulação de processos que visem a melhoria da gestão pública relativa à composição da força de trabalho.	01: Minutas de ato legal ou normativo elaboradas 02: Proposta relativa às despesas de pessoal e encargos sociais (anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA) elaborada
	05: Definição de metodologia de planejamento estratégico da força de trabalho	01: Metodologia de planejamento da força de trabalho validada 02: Sistemática de diagnóstico da força de trabalho elaborada 03: Atos normativos e legais elaborados
	06: Revisão da sistemática de recrutamento e seleção	01: Minuta de ato normativo revisada e encaminhada
<p><b>Objetivo 02: DEPEX</b> Contribuir com propostas de melhorias voltadas à qualidade e produtividade no âmbito do serviço público federal</p> <p><b>Descrição:</b> Participar efetivamente do aprimoramento do serviço público federal, por meio de iniciativas e propostas de melhorias em políticas, modelos, normas e processos</p>	01: Desenvolvimento de metodologia para avaliar o desempenho dos servidores do DEPEX	01: Metodologia elaborada e aprovada
	02: Desenvolvimento de metodologia para avaliar o desempenho de unidades administrativas do DEPEX	01: Metodologia elaborada e aprovada
<p><b>Objetivo 03: DEPEX</b> Destinar a gestão de pessoas atribuída ao DEPEX aos órgãos pertinentes</p> <p><b>Descrição:</b> Aprimorar os processos relacionados às folhas de pagamento geridas aos desafios da Administração Pública Federal</p>	01: Reformulação do processo de gestão da folha de pagamento de pessoal civil e militares dos ex-territórios, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros dos ex-territórios e antigo DF	01: Processos mapeados e analisados
	02: Elaboração de proposta para gestão do quadro de pessoal e folha de pagamento de professores dos ex-territórios	01: Proposta elaborada

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 04: Funpresp-Exe</b> Ampliar a taxa de adesão, com ações institucionais e de diálogo com o servidor público federal</p> <p><b>Descrição:</b> Desenvolver técnicas e procedimentos para o aumento da taxa de adesão de servidores</p>	01: Incentivo à adesão de servidores e retenção de participantes	01: Campanhas de comunicação para maior conhecimento sobre previdência complementar divulgadas 02: Oferta de produtos e serviços aos participantes diversificada
	02: Implantação da Adesão Automática	01: Sistemas, equipes, patrocinadores e normativos preparados para a adesão automática
	03: Aperfeiçoamento do relacionamento com participantes e patrocinadores	01: Política de Comunicação e de Relacionamento com Participantes e Patrocinadores implementada 02: Canais de comunicação aperfeiçoados 03: Perfil de investimento implantado 04: Operações de crédito (crédito imobiliário e consignado) implantadas 05: Clube de benefícios Funpresp (convênio de descontos) implantado
	04: Promoção da educação previdenciária	01: Programa de educação previdenciária e financeira ampliado

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 08

### Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística



Os potenciais investidores recebidos pelo MP constantemente apontam o fato de que as informações sobre os projetos de investimentos de infraestrutura disponíveis no Brasil são difusas e de difícil acesso.

Visando a divulgação de informações aos potenciais investidores, será estruturado e elaborado, entre os órgãos envolvidos nos investimentos em infraestrutura, um boletim trimestral de infraestrutura. Tal procedimento se dará em parceria com os demais órgãos envolvidos nos processos de concessões. Assim também a formatação de reuniões acontecerá por setor específico, entre os potenciais investidores e todos os entes envolvidos no Governo Federal, ou de outro ente da federação, caso seja necessário.

Observa-se que o Brasil possui acordos celebrados com países estratégicos no intuito de ampliar os investimentos em infraestrutura e está elaborando o primeiro fundo de investimentos com importante parceiro internacional.

Busca-se um cenário em que seja possível incrementar o processo de negociação, fomentar contínua e sistematicamente a prospecção e a assinatura de acordos, bem como a criação de fundos de investimentos com o objetivo de potencializar os investimentos em infraestrutura no Brasil. Adicionalmente, pretende-se apoiar projetos e procedimentos relacionados à realização de estudos para investimento em infraestrutura e logística para aperfeiçoar o processo decisório relacionado ao setor.

Nesses termos, é primordial implementar mecanismos que subsidiem o gerenciamento e facilitem o acesso às informações sobre a execução dos empreendimentos que envolvem recursos públicos. Para isso, é importante que a integração das informações no âmbito dos sistemas que compõem desde a etapa de planejamento até a avaliação e controle, constituam ponto importante para auxiliar a melhor forma de alocação de recursos e acompanhamento dos resultados produzidos. Para isso, é essencial a busca pelo aprimoramento de sistemas de informações que contribuam na qualidade e agilidade da tomada de decisão em projetos, além de possibilitar o fácil acesso ao cidadão.

## INDICADORES ESTRATÉGICOS

TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Número de acessos aos sites do PAC	Grupo de interações que ocorrem no site em um determinado período. Se o usuário ficar mais de 30 minutos inativo, conta como uma nova sessão	Unidade	500 mil acessos/ano	anual	Diretoria de Informações da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura	31/12/2015

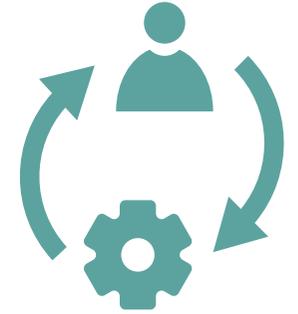
OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SEAIN</b> Coordenar o processo de implementação de mecanismos de atração e fomento aos investimentos externos em infraestrutura</p> <p><b>Descrição:</b> Elaboração de boletim de infraestrutura</p>	01: Levantamento de dados junto aos órgãos setoriais	01: Boletim informativo "Infraestrutura Brasil" elaborado
<p><b>Objetivo 02: SEAIN</b> Desenvolver e implementar com parceiros externos mecanismos de financiamentos em infraestrutura</p> <p><b>Descrição:</b> Atração de novos parceiros estratégicos e a celebração de novos acordos</p>	01: Promoção de atração de investidores internacionais	01: Acordos de cooperação em infraestrutura assinados
<p><b>Objetivo 03: SDI</b> Modernizar o gerenciamento e ampliar a transparência na divulgação das informações sobre a execução dos empreendimentos</p> <p><b>Descrição:</b> Melhoria da gestão e acompanhamento, bem como comunicação e transparência dos empreendimentos</p>	01: Otimização da gestão e acompanhamento dos projetos/empreendimentos	01: Projeto de integração do Sistema de Gerenciamento de Empreendimentos com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) desenvolvido

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 03: SDI</b> Apoiar a realização de estudos para o desenvolvimento de projetos no setor de infraestrutura</p> <p><b>Descrição:</b> Apoio a projetos e procedimentos relacionados à realização de estudos para investimento em infraestrutura, de forma a subsidiar a tomada de decisão de investimentos estruturantes para o País.</p>	<p>01: Apoio a estudos para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística</p>	<p>01: Repasse de recursos orçamentários e financeiros para financiamento de estudos na área de infraestrutura e logística efetuado</p>

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO 09

### Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade



O Governo Federal assumiu o desafio de reformular a gestão do patrimônio da União em direção a buscar, essencialmente, o cumprimento da função socioambiental da propriedade pública, em acordo com a Constituição Federal, diminuindo a ênfase anteriormente dada para a função arrecadadora do patrimônio. Definidas as diretrizes prioritárias para gestão do patrimônio público, formulou-se a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) que, em síntese, estabelece que as ações da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) devem servir de base para as políticas públicas, programas e projetos de inclusão sócio-territorial do Governo Federal, Estados e Municípios.

Embora tenham sido alcançados significativos avanços nos últimos anos, é preciso reconhecer que a maior parte desses resultados foi decorrente muito mais da exaustão dos mecanismos vigentes do que da modernização institucional.

Novas diretrizes e prioridades para a gestão do patrimônio foram estipuladas na atualidade, estabelecendo a **economicidade** e a **racionalização** do uso do patrimônio como principais focos para a gestão. Contudo, ainda persistem problemas estruturais no que concerne à gestão do patrimônio imobiliário público, que abrangem diversos aspectos, dentre outros: o arcabouço legal e a necessidade de seu reordenamento; o estabelecimento de uma política específica e um sistema estruturador da gestão do patrimônio público; a necessidade do aperfeiçoamento do modelo de governança e controle da Unidade Central sobre as Superintendências nos Estados, incluindo o aprimoramento das metas e indicadores, bem como a revisão dos níveis de alçada e delegação; o aperfeiçoamento dos sistemas corporativos de registro e informação; a ausência de sistema de controle de conformidade (compliance); e a revisão de métodos e processos com a edição e a reformulação de normativos internos.

Para tanto, será necessário: o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à gestão do patrimônio da União, por meio da implantação de um sistema unificado, em bases georreferenciadas; que a nova base contemple a qualificação/certificação e ampliação do cadastro imobiliário público existente; que sejam aprimorados os canais de relacionamento com a sociedade, provendo-se serviços de atendimento virtual ao cidadão ao tempo que se amplie a divulgação e a transparência dos dados sobre a gestão do patrimônio público; e que a gestão do patrimônio público passe a ser regida e esteja amparada por um sistema estruturador específico.

## INDICADORES ESTRATÉGICOS

TÍTULO	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE	DATA REFERÊNCIA
Percentual de imóveis geoespacializados	Quantidade de Imóveis Geoespacializados / Quantidade total de imóveis cadastrados	IMÓVEL GEOESPACIALIZADO	Não possui	BIMESTRAL	NOVO SISTEMA	Não mensurado

OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES	INICIATIVAS	ENTREGAS
<p><b>Objetivo 01: SPU</b> Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade</p> <p><b>Descrição:</b> Visa implantar uma nova política de gestão em racionalização do uso dos imóveis da União</p>	01: Implantação de sistema unificado de administração do patrimônio imobiliário público federal, em base georreferenciada	01: Sistema desenvolvido 02: Ambiente cartográfico e de informações espaciais modernizado e sistematizado
	02: Implantação de estratégia de relacionamento com a sociedade, com foco no atendimento virtual	01: Canais de atendimento e informação ao público modernizados 02: Dados sobre a gestão dos imóveis da União publicados
	03: Ampliação e qualificação do cadastro de imóveis	01: Sistemática de levantamento cadastral definida 02: Sistemática de identificação modernizada 03: Cadastro de Imóveis depurado 04: Modelo de gestão do cadastro definido
	04: Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	01: Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União implantado 02: Modelo de Governança da SPU revisado
	05: Aprimoramento da política de gestão e racionalização do uso de imóveis da União	01: Modelo de Negócios para construção e reforma de edifícios públicos elaborado 02: Sistemática para racionalização da utilização dos imóveis de uso especial elaborada 03: Mecanismos de controle do uso dos Imóveis da União revisados 04: Diretrizes para alienação de bens da União, sem interesse para a Administração Pública Federal, elaboradas

## Do Monitoramento

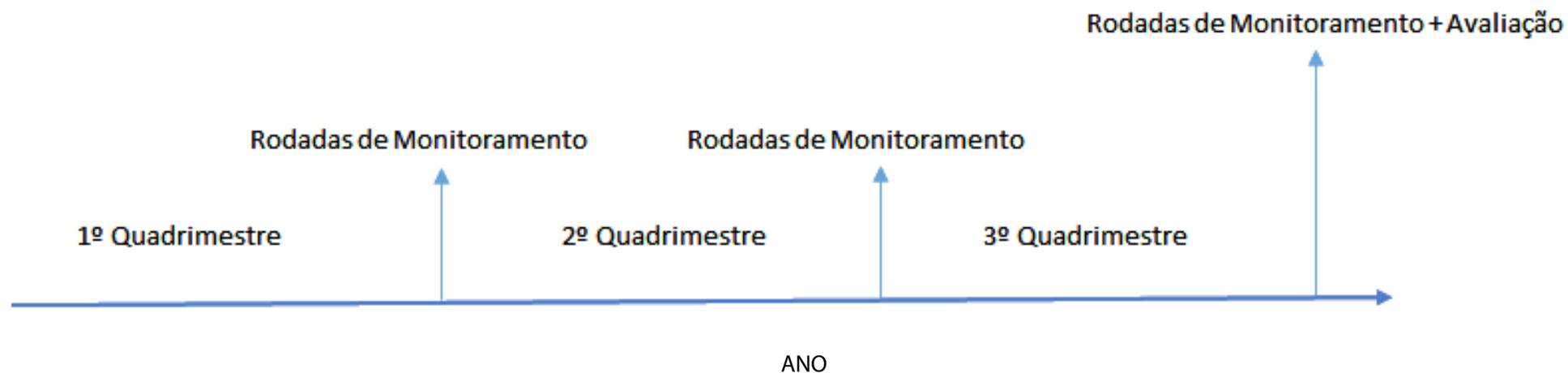
Para que a implantação de um plano tenha sucesso, é necessário que o monitoramento seja um instrumento efetivo de acompanhamento, de correção de rumo e de apoio à tomada de decisão, devendo ocorrer em frequência capaz de produzir informações confiáveis e em tempo hábil para os tomadores de decisão. Essas informações devem induzir não somente ações corretivas, mas também ações preventivas.

O monitoramento incidirá tanto na dimensão estratégica do PE (Indicadores) quanto na dimensão tático-operacional (Entregas e Iniciativas selecionadas).

## Rodadas de Monitoramento

Durante o processo de implantação do Plano haverá pontos de controle, chamados de “Rodadas de Monitoramento”. O objetivo é apresentar o andamento da implantação do plano na sua dimensão estratégica, bem como as medidas aplicadas e/ou necessárias para que o planejado seja efetivamente entregue ao final do período do Plano. A periodicidade será quadrimestral, tendo início a partir de 30 de dezembro de 2016.

As unidades terão liberdade para realizar o monitoramento dos atributos dos seus próprios Painéis de Contribuição conforme definido pelo respectivo titular, respeitando o prazo descrito anteriormente.



## Da Avaliação do Plano

A Avaliação do Plano será no sentido de comparar os resultados esperados aos efetivamente alcançados no período. Possíveis obstáculos à implantação deverão ser identificados, bem como correções de rumo deverão ser propostas, a fim de evitar reincidências. Essas correções poderão versar tanto em relação ao aprimoramento dos meios necessários à implantação do Plano, quanto ao ajuste das entregas esperadas ao final do período.

Cabe salientar que possíveis propostas de correção de rumo poderão refletir em ajustes do Programa 2038 - Modernização, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2016-2019.

A periodicidade será anual e envolverá todas as unidades do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que possuem Iniciativas e Entregas no Planejamento Estratégico do MP, sob a coordenação da Secretaria Executiva.

## Da Revisão do Plano

O processo de revisão tem por objetivo atualizar a forma de o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão agir estrategicamente, materializando-se em ajustes no plano estratégico. É consequência do aprendizado acumulado ao longo dos processos de monitoramento e avaliação.

A periodicidade para o processo de revisão será bienal, podendo incorporar novos atributos. Contudo, dado o momento atípico da política brasileira, onde ajustes de propósitos e de estrutura ainda estão a ocorrer, uma primeira atualização será realizada no início do ano de 2017, de forma a garantir que o planejamento estratégico reflita de fato a estratégia vigente do MP.

## LISTA DE SIGLAS

<b>APF</b>	Administração Pública Federal	<b>GT Focem</b>	Grupo de Trabalho do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
<b>ASSEC</b>	Assessoria Econômica	<b>IaaS</b>	Infraestrutura como serviço
<b>ATI</b>	Analista em Tecnologia da Informação	<b>IBGE</b>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Avalia MP</b>	Sistema de Avaliação de Pessoal	<b>INDA</b>	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
<b>BI</b>	Business Intelligence	<b>INDE</b>	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento	<b>INFOVIA</b>	Infraestrutura de Rede Ótica Metropolitana de Comunicações
<b>CA</b>	Capacidade de Atendimento	<b>InovaGov</b>	Rede de Inovação no Setor Público
<b>CAF</b>	Corporação Andina de Fomento	<b>Ipea</b>	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>Camex</b>	Câmara de Comércio Exterior	<b>JEO</b>	Junta de Execução Orçamentária
<b>Capex</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>CEE</b>	Comitê de Estatísticas Econômicas	<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>CETI</b>	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação	<b>Mercosul</b>	Mercado Comum do Sul
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União	<b>MP</b>	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<b>CMAP</b>	Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Federais	<b>MTFC</b>	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
<b>CONJUR</b>	Consultoria Jurídica	<b>Munic</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>CSC</b>	Centro de Serviços Compartilhados	<b>OC</b>	Objetivos de Contribuição das Unidades
<b>CSIC</b>	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações	<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>DEPEX</b>	Departamento de Órgãos Extintos	<b>OE</b>	Objetivos Estratégicos
<b>DIPLA</b>	Diretoria de Planejamento e Gestão	<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>DIRAD</b>	Diretoria de Administração	<b>Padrão DDI</b>	Data Documentation Initiative
<b>DTI</b>	Diretoria de Tecnologia da Informação	<b>PDA</b>	Plano de Dados Abertos
<b>EaD</b>	Ensino a Distância	<b>PDTI</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
<b>EGD</b>	Estratégia de Governança Digital	<b>PDTIC</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>Enap</b>	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	<b>PE</b>	Planejamento Estratégico
<b>EPPGG</b>	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	<b>PES</b>	Processo de Entrega de Soluções
<b>Estadic</b>	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais	<b>PESv</b>	Processo de Entrega de Serviços
<b>FCPE</b>	Função Comissionada do Poder Executivo	<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional	<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>Focem</b>	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul	<b>PNGPU</b>	Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União
<b>Fonplata</b>	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	<b>PNS</b>	Pesquisa Nacional de Saúde
<b>Funpresp-exe</b>	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo	<b>POF</b>	Pesquisa de Orçamentos Familiares
<b>GAO</b>	Grupo de Assuntos Orçamentários	<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>GM</b>	Gabinete do Ministro	<b>PPP</b>	Parceria Público Privada
<b>GMC</b>	Grupo Mercado Comum	<b>Qualis-Capes</b>	Classificação da produção intelectual
<b>GNSS</b>	Sistemas Globais de Navegação por Satélites	<b>RBMC</b>	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
		<b>RSP</b>	Revista do Serviço Público
		<b>SaaS</b>	Software como serviço
		<b>SDI</b>	Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura

<b>SDSIC</b>	Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão
<b>SE</b>	Secretaria Executiva
<b>SEAIN</b>	Secretaria de Assuntos Internacionais
<b>SEGES</b>	Secretaria de Gestão
<b>SEGRT</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
<b>SEST</b>	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>SIAPE</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
<b>SIASG</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
<b>SIC</b>	Serviço de Informações ao Cidadão
<b>SICAJ</b>	Sistema de Cadastro de Ações Judiciais
<b>SICONV</b>	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
<b>SIDERBRAS</b>	Siderurgia Brasileira S.A.
<b>SIGEPE</b>	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
<b>SIGS</b>	Sistema de Gerenciamento Integrado da SEAIN
<b>SIMOB</b>	Sistema Integrado de Mobilidade
<b>SIPEC</b>	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
<b>SISP</b>	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
<b>SNIA</b>	Sistema Nacional de Informações Ambientais
<b>SNIO</b>	Sistema Nacional de Informações Oficiais
<b>SNIPC</b>	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
<b>SNPA</b>	Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias
<b>SOF</b>	Secretaria de Orçamento Federal
<b>SPU</b>	Secretaria do Patrimônio da União
<b>STI</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação
<b>TDE</b>	Tempo para Disponibilização do Extrato
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>TMA</b>	Tempo Médio de Atendimento
<b>VLBRAS</b>	Aplicativo para deficientes auditivos
<b>VoIP</b>	Voice over Internet Protocol – voz sobre protocolo de internet
<b>WDI</b>	World Development Indicators
<b>WLAN/LAN</b>	Redes locais sem fios

## ANEXO

### PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES

#### Objetivos Estratégicos – DEPEX

##### 1. Aprimorar a gestão documental

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

Indicadores	- Tempo médio de recuperação da informação
	- % de redução de custo de armazenamento por metro linear
	- % de redução de documentos copiados e impressos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Elaboração de proposta para regulamentação da digitalização, do armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente e da reprodução de documentos públicos e privados	- Minuta de Projeto de Lei sobre digitalização com eliminação de documentos elaborada
Reformulação do processo de gestão de acervos documentais	- Fábrica de Tratamento e Digitalização de Documentos implantada

##### 2. Reduzir o tempo de resposta no atendimento às demandas dos cidadãos, servidores públicos federais e pensionistas

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

Indicadores	- Percentual de “Respostas dentro do Prazo”
-------------	---

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Revisão dos processos de trabalho	- Processos revisados
Reformulação da página do Departamento na Internet	- Nova página do Depex disponibilizada

### 3. Contribuir com propostas de melhorias voltadas à qualidade e produtividade no âmbito do serviço público federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

**Indicadores** - N° de propostas cadastradas no SEI e aprovadas no DEPEX

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Desenvolvimento de metodologia para avaliar o desempenho dos servidores do DEPEX	- Metodologia elaborada e aprovada
Desenvolvimento de metodologia para avaliar o desempenho de unidades administrativas do DEPEX	- Metodologia elaborada e aprovada

### 4. Destinar a gestão de pessoas atribuída ao DEPEX aos órgãos pertinentes

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

**Indicadores** - % de propostas cadastradas no SEI e aprovadas para destinação

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Reformulação do processo de gestão da folha de pagamento de pessoal civil e militares dos ex-territórios, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros dos ex-territórios e antigo DF	- Processos mapeados e analisados
Elaboração de proposta para gestão do quadro de pessoal e folha de pagamento de professores dos ex-territórios	- Proposta Elaborada

### 5. Aprimorar as condições de trabalho por meio da intensificação da utilização de ferramentas de TI

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

**Indicadores** - N° de soluções de TI implantadas

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implementação de automação/automatização de processos críticos de trabalho do Departamento	- Processos de trabalho implementados
Desenvolver sistema de normativos internos para o Departamento	- Normativos revistos - Sistema Normativo desenvolvido

## 6. Implantar novo modelo organizacional e de gestão

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

**Indicadores** - Proposta de modelo implantada

### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### ENTREGAS

Revisão do modelo organizacional e de Gestão do DEPEX

- Modelo de Gestão e Estrutura organizacional revisada

## Objetivos Estratégicos – DIPLA

### 1. Promover o aperfeiçoamento do acesso à informação e da transparência ativa

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

#### Indicadores

- % de demandas respondidas pelo próprio SIC

- Tempo médio de respostas aos pedidos de acesso à informação

- % de integrantes da Rede de informantes capacitados

- Quantidade de *sprints* aprimoradas/ concluídos

### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### ENTREGAS

Implantação do Plano Diretor de Transparência Ativa

- Plano Diretor implementado e regulamentado  
- Guia de transparência ativa elaborado

Reciclagem e capacitação da rede de informantes

- Rede de informantes do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) capacitada

Melhoria do Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC) e do *Business Intelligence* (BI) do SIC

- Novo sistema SDSIC construído  
- Ferramenta de *Business Intelligence* (BI) do SIC melhorada

Aprovação de norma que regulamente o fluxo, os prazos e os responsáveis pelos atendimentos dos pedidos de acesso à informação no MP

- Norma de atendimento do SIC revisada e aprovada

## 2. Aprimorar a gestão da informação

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

<b>Indicadores</b>	- % de pessoas capacitadas para o uso do sistema SEI - % de uso do processo eletrônico
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Modernização da Biblioteca	- Biblioteca Modernizada - Banco Único de Legislação implantado
Implantação do Projeto Arquivo Digitalizado do MP	- Projeto implantado
Protocolo Eletrônico	- Protocolo Centralizado

## 3. Estruturar o Escritório de Processos para aperfeiçoar a melhoria de processos de suporte aos serviços do MP

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

<b>Indicadores</b>	- Pesquisa de satisfação para cada processo objeto de análise pelo Escritório de Processos - % de processos considerados prioritários concluídos - % de indicadores de gestão implementados
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Estruturação do Escritório de Processos	- Modelo, portfólio e abrangência de atuação definidos - Fatores críticos do sucesso definidos - Metodologia, processos, ferramentas e documentos a serem utilizados na atuação do Escritório de Processos definidos - Papéis e responsabilidades definidos - Plano de implementação preparado - Relatório contendo as diretrizes para a implementação do Escritório de Processos elaborado - Plano de divulgação estruturado - Relatório de evidências elaborado
Aprimoramento de Indicadores de Gestão	- Indicadores atuais do MP levantados - Indicadores avaliados - Novos indicadores propostos e implementados

## Objetivos Estratégicos – DIRAD

### 1. Aprimorar os sistemas e modernizar os processos internos do Ministério do Planejamento

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

**Indicadores** - Proporção de sistemas de gestão ativos e integrados

#### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

#### ENTREGAS

Análise e melhoria de processos e procedimentos

- Normas operacionais revisadas
- Sistemas de frequência e de gestão de compras e contratos modernizados

## Objetivos Estratégicos – DTI

### 1. Aprimorar a gestão da informação no portal de dados abertos

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

**Indicadores** - % de implementação do Plano de Dados Abertos

#### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

#### ENTREGAS

Estruturação e Implantação de Processo de Análise de Informações

- Processo de análise de informações implantado

Estruturação e Implantação de Processo de Disseminação de Informações

- Infraestrutura para disseminação de informações ampliada
- Plano de Dados Abertos Implementado

### 2. Definir os modelos tecnológicos das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com as unidades de negócio

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

**Indicadores** - % de unidades de negócio que participam da definição de modelos tecnológicos  
- % de projetos em que há a participação das unidades de negócios para a definição de modelos tecnológicos

#### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

#### ENTREGAS

Definição de Modelos Tecnológicos

- Modelos Tecnológicos definidos

### 3. Implantar a gestão do ciclo de vida dos serviços de TIC, com a racionalização da arquitetura corporativa

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

**Indicadores** - % de serviços de TIC com ciclo de vida gerenciado de forma alinhada aos processos de gestão de serviços da DTI

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Estruturação e Implantação de Processo de Entrega de Serviços	- Subprocessos para gestão de serviços de TIC implantados - Subprocessos para desenvolvimento de soluções orientados a serviço definidos
Gestão de Pessoas	- Servidores alocados conforme competências - Gestão por competências instituída - Equipes capacitadas e integradas

### 4. Estimular a governança integrada no MP

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

**Indicadores** - Índice de Governança de TI do TCU - IGovTI  
- Percentual de reuniões do Comitê de Gestão Estratégica, com pauta e discussão de temas de TI e/ou Segurança da Informação e Comunicações

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Aprimoramento das estruturas de Governança de TI e Segurança da Informação e Comunicações no MP	- Estrutura de governança aprimorada

### 5. Aumentar a autonomia das unidades de negócio com soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mantendo a governança

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

**Indicadores** - % de demandas encaminhadas para plataforma autosserviço  
- % de unidades de negócio atendidas por plataformas de autosserviço

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implantação de Autosserviço para inteligência negocial ( <i>Business Intelligence</i> )	- Processo de Autosserviço definido

## 6. Otimizar o uso dos recursos orçamentários em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Otimização de Custos	- Metodologia de cálculo de custo de serviços de TIC definida - Contratos de TIC renegociados - Alocação de recursos para serviços otimizada - Níveis de serviço acordados otimizados - Gastos com serviços de TIC, segmentados por unidade de negócio, avaliados
<b>Indicadores</b>	- % de execução do orçamento total de TIC - % de orçamento utilizado pelo principal fornecedor em relação ao total - Valor de economia da internalização de sistemas - Relação investimento X custeio

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Otimização de Custos	- Metodologia de cálculo de custo de serviços de TIC definida - Contratos de TIC renegociados - Alocação de recursos para serviços otimizada - Níveis de serviço acordados otimizados - Gastos com serviços de TIC, segmentados por unidade de negócio, avaliados

## Objetivos Estratégicos – ENAP

### 1. Fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de agentes públicos, adequados às necessidades e competências dos diferentes segmentos e órgãos da Administração Pública

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Otimização de Custos	- Metodologia de cálculo de custo de serviços de TIC definida - Contratos de TIC renegociados - Alocação de recursos para serviços otimizada - Níveis de serviço acordados otimizados - Gastos com serviços de TIC, segmentados por unidade de negócio, avaliados
<b>Indicadores</b>	- Percepção do aluno sobre a aplicabilidade do curso - Capacitações (estratificar por curso e público) - Satisfação do Aluno - Aluno equivalente

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Incremento na oferta de eventos de capacitação	- Oferta de turmas abertas em eventos de capacitação ampliada e diversificada - Série Seminários Técnico-Gerenciais ampliada

## 2. Fomentar a inovação na gestão pública

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

<b>Indicadores</b>	- Inscrições válidas no concurso inovação da Gestão Pública Federal
	- Eventos de capacitação sobre a temática inovação
	- Projetos apoiados pelo laboratório de inovação

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Incentivo à inovação	- Apoio a projetos por parte do Laboratório de Inovação em Governo – G.Nova realizado - Iniciativas inovadoras disseminadas por meio do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal implementada

## 3. Produzir e disseminar estudos e pesquisas aplicadas à Administração Pública e à modernização do Estado

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

<b>Indicadores</b>	- Pesquisas concluídas (intervenção da ENAP)
	- Artigos submetidos à RSP

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Produção e disseminação de conhecimento em Administração Pública	- Unidade gestora de pesquisas sobre a Administração Pública Federal constituída - Divulgação da Revista do Serviço Público e dos Cadernos Enap ampliada

## Objetivos Estratégicos – FUNPRESP

### 1. Ampliar a taxa de adesão, com ações institucionais e de diálogo com o servidor público federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

<b>Indicadores</b>	- Percentual de adesão a Funpresp
	- Capacidade de Atendimento – CA
	- Tempo Médio de Atendimento – TMA
	- Tempo para Disponibilização do Extrato - TDE

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Incentivo à adesão de servidores e retenção de participantes	- Campanhas de comunicação para maior conhecimento sobre previdência complementar divulgadas - Oferta de produtos e serviços aos participantes diversificada
Implantação da Adesão Automática	- Sistemas, equipes, patrocinadores e normativos preparados para a adesão automática
Aperfeiçoamento do relacionamento com participantes e patrocinadores	- Política de Comunicação e de Relacionamento com Participantes e Patrocinadores implementada - Canais de comunicação aperfeiçoados - Perfil de investimento implantado - Operações de crédito (crédito imobiliário e consignado) implantadas - Clube de benefícios Funpresp (convênio de descontos) implantado
Promoção da educação previdenciária	- Programa de educação previdenciária e financeira ampliado

## Objetivos Estratégicos – IBGE

### 1. Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

<b>Indicadores</b>	- Número de novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC)
	- Número de suplementos realizados na PNAD contínua
	- Número de suplementos realizados na Munic
	- Taxa de ampliação da cobertura dos levantamentos geocientíficos
	- Taxa de ampliação do detalhamento dos levantamentos geocientíficos

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Ampliação e aprimoramento da produção estatística	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas áreas de capitais ou regiões metropolitanas incorporadas ao Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (SNIPC)</li> <li>- Novos quesitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua implementados</li> <li>- Modelo dos módulos da Munic reformulado</li> <li>- Modelo dos módulos da Estadac reformulado</li> <li>- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) completa realizada</li> <li>- Estudos suplementares para implantação da POF contínua concluídos</li> <li>- Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada</li> <li>- Censo agropecuário realizado</li> <li>- Estudo para estruturação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA) concluído</li> <li>- Modelo integrado de pesquisas por empresas definido</li> </ul>
Ampliação e aprimoramento de Sistemas Síntese	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de implementação das contas nacionais trimestrais por setores institucionais desenvolvido</li> <li>- Conta da renda trimestral publicada</li> <li>- Metodologias para o cálculo da conta de patrimônio não financeiro anual e para a compilação da matriz de absorção de capital elaboradas</li> </ul>
Ampliação e aprimoramento da produção geocientífica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) dos Sistemas <i>Global Navigation Satellite System</i> (GNSS) implementadas em regiões metropolitanas</li> <li>- Novos recortes geográficos implantados</li> <li>- Mudanças de uso e cobertura da terra nas áreas prioritárias mapeadas</li> <li>- Mapa de biomas na escala de 1:250.000 produzido</li> <li>- Base cartográfica contínua na escala de 1:100.000 produzida</li> <li>- Mapeamento com informações de usuários atualizado</li> </ul>

## 2. Promover e organizar o Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO)

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

<b>Indicadores</b>	- Taxa de execução de ações planejadas nos planos de trabalho
	- Número de metadados geoespaciais integrados aos metadados estatísticos
	- Taxa de implementação dos acordos firmados no âmbito do Sistema Nacional de Informações Oficiais – SNIO

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Promoção de Articulação Institucional	- III Encontro de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais realizado - Comitê de Estatísticas Econômicas (CEE) constituído - Acordos de cooperação com Instituições federais produtoras de informação assinados
Implantação da infraestrutura e dos padrões de suporte ao SNIO	- Procedimentos de integração de metadados estatísticos e geoespaciais definidos - Padrão DDI para metadados disseminado - Instituições produtoras treinadas - Portal do Sistema Nacional de Informações Oficiais implantado

## 3. Ampliar a contribuição internacional nas áreas de estatística e de geociências

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

<b>Indicadores</b>	- Taxa de participação em eventos internacionais oficiais relacionados à produção estatística e geocientífica classificados como de alto interesse pelo IBGE
--------------------	--

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Participação em Eventos Internacionais	- Relatórios de participação em eventos internacionais oficiais entregues - Seminários para disseminação interna realizados
Criação de Centros de Referência para Capacitação Estatística	- Centros de Referência em países do continente africano implantados

## 4. Adotar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

<b>Indicadores</b>	- Taxa de compartilhamento de dados geoespaciais
	- Taxa de adesão à INDE
	- Taxa de realização no prazo das ações planejadas
	- Número de módulos das pesquisas por estabelecimentos sociais reformulados

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Desenvolvimento de padrões para interoperabilidade de registros administrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições capacitadas nos padrões de compartilhamento de dados geoespaciais para adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)</li> <li>- Conceitos das variáveis dos registros para apropriação estatística padronizados</li> <li>- Infraestrutura de TI para recepção e armazenamento de dados desenvolvida</li> <li>- Modelo da Pesquisa de Assistência Médico-sanitária reformulado</li> <li>- Modelo da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico reformulado</li> <li>- Modelo da Pesquisa Entidades de Assistência Social reformulado</li> </ul>

## 5. Construir o Sistema Nacional de Informações Ambientais (SNIA)

Objetivo Estratégico MP associado:

Fornecer informações estatísticas e geocientíficas oficiais e ampliar o uso de registros administrativos

<b>Indicadores</b>	- Taxa de execução de ações planejadas nos planos de trabalho
--------------------	---

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Promoção de articulação institucional para o SNIA	- Comitê de Estatísticas Ambientais constituído
Implantação de padrões de suporte ao SNIA	- Quadro de referência das informações ambientais implantado

## Objetivos Estratégicos – IPEA

### 1. Disseminar as informações e conhecimentos produzidos em formatos adequados aos diferentes públicos-alvo

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

<b>Indicadores</b>	- Número de servidores públicos titulados
	- Número de acessos aos portais do Ipea
	- Número de apresentações em eventos formais nacionais
	- Número de apresentações em eventos formais internacionais

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Criação de centro de capacitação em políticas públicas e desenvolvimento	- Cursos de curta e média duração implementados - Programa de mestrado ampliado - Centro de Capacitação em políticas públicas e desenvolvimento implantado
Implantação de estratégias de comunicação inovadoras	- Formatos e meios de disseminação do conhecimento aprimorados
Mapeamento das Inovações do Setor Público	- Laboratório de Inovação em Governo implantado

## 2. Monitorar, avaliar e formular políticas públicas e programas em cooperação com órgãos governamentais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

<b>Indicadores</b>	- % de estudos de monitoramento e avaliação (publicação equivalente)
	- Número de avaliações realizadas sob demanda do CMAP

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Fortalecimento da atuação no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP)	- Manual Ipea sobre avaliação de políticas públicas publicado - Avaliações de políticas e programas realizadas
Implantação de sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas	- Sistemática de acompanhamento integrado de políticas públicas implantada
Fortalecimento da capacitação para monitoramento e avaliação de políticas e programas	- Plano de capacitação para avaliação de políticas e programas instituído

## 3. Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

<b>Indicadores</b>	- Número de estudos prospectivos realizados publicações
	- % de estudos prospectivos (publicação equivalente)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Ampliação de estudos prospectivos com a utilização de modelos e cenários	- Estudos prospectivos realizados com a utilização de modelos e cenários
Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento de médio e longo prazo	- Plataforma ODS disponibilizada
Fortalecimento da capacitação para elaboração de estudos prospectivos	- Plano de capacitação para elaboração de estudos prospectivos instituído

#### 4. Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias ao monitoramento, à avaliação e à proposição de políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

<b>Indicadores</b>	- Número de acessos aos portais de disponibilização de dados do Ipea
	- Número de bases de dados disponibilizadas na Sala de Sigilo

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Ampliação e melhoria de bases de dados	- Bases de dados disponibilizadas em portais - Bases de dados disponibilizadas na Sala de Sigilo
Aprimoramento dos portais e ferramentas de disponibilização de dados	- Portais e ferramentas de disponibilização de dados do Ipea aprimorados

#### 5. Realizar pesquisa aplicada de excelência para assessoramento aos órgãos de governo visando aprimorar as políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

<b>Indicadores</b>	- Número de pesquisas aplicadas realizadas (publicação equivalente)
	- % da produção decorrente de ações de cooperação e assessoramento
	- Índice de satisfação dos órgãos de governo com as pesquisas do Ipea

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Alinhamento e articulação da agenda de pesquisa com as prioridades do Governo e com o planejamento do desenvolvimento	- Agenda de pesquisa alinhada e articulada com as prioridades do Governo e com o planejamento do desenvolvimento - Pesquisas aplicadas de excelência com caráter propositivo
Aprimoramento da gestão do assessoramento	- Arranjo institucional de coordenação do assessoramento definido - Demandas mapeadas - Capacidades internas mapeadas - Processo de acompanhamento das assessorias aprimorado
Ampliação da cooperação técnica internacional	- Estudos e eventos realizados em cooperação técnica internacional - Programa de intercâmbio de servidores instituído

## Objetivos Estratégicos – SDI

### 1. Modernizar o gerenciamento e ampliar a transparência na divulgação das informações sobre a execução dos empreendimentos

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

<b>Indicadores</b>	- Número de acessos aos sites do PAC
	- Quantidade de atendimentos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Otimização da gestão e acompanhamento dos projetos/empreendimentos	- Projeto de integração do Sistema de Gerenciamento de Empreendimentos com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) desenvolvido
Aperfeiçoar a comunicação e transparência dos projetos/empreendimentos	- Portal de informações para aumentar a transparência das informações aprimorado

### 2. Apoiar a realização de estudos para o desenvolvimento de projetos no setor de infraestrutura

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

<b>Indicadores</b>	- Evolução do montante de recursos liberados para realização de estudos
--------------------	---

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Apoio a estudos para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística	- Repasse de recursos orçamentários e financeiros para financiamento de estudos na área de infraestrutura e logística efetuado

## Objetivos Estratégicos – SEAIN

### 1. Qualificar tecnicamente as decisões das políticas de comércio exterior

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

	- % de notas técnicas para avaliação de alterações tarifárias de importação que utilizam a metodologia
<b>Indicadores</b>	- % de execução do projeto de implantação do modelo de impacto de mudanças tarifárias
	- % de servidores capacitados/total de servidores da área

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implantação do modelo de impactos tarifários	- Software definido e implantado - Funcionários treinados - Modelo de impacto tarifário definido

### 2. Contribuir para a efetividade dos projetos financiados com recursos externos

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- Desempenho da Carteira
--------------------	--------------------------

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Desenvolvimento de procedimento para melhoria da análise de projetos públicos com recursos externos	- Procedimentos de análise de projetos definidos
Desenvolvimento de procedimento para melhoria do acompanhamento de projetos públicos financiados com recursos externos	- Procedimentos para acompanhamento de projetos públicos definidos

### 3. Otimizar a alocação de recursos em função da importância estratégica de participação em organismos internacionais

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- % de posicionamentos do MP elaborados com base na estratégia de atuação
	- % de decisões de adesão ou contribuição financeira adotada em acordo à estratégia de atuação

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Elaboração de estratégia de atuação nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento	- Metodologia de Avaliação de organismos financeiros desenvolvida - Análise da relação do País com cada um dos organismos financeiros onde o MP é o órgão de enlace concluída - Estratégias desenvolvidas
Elaboração de levantamento sistematizado das informações sobre os compromissos de contribuição a organismos internacionais	- Informações relevantes para a gestão dos compromissos de contribuição a organismos internacionais levantadas de forma sistemática

### 4. Promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de Integração Regional

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- Número de orçamentos dos entes do Mercosul
	- Quantidade de acordos em compras governamentais
	- Fortalecer a relação dos projetos do FOCEM com a integração do Mercosul e a superação das assimetrias

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Elaboração de proposta de reestruturação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)	- Posição brasileira no GT Focem instruída - Coordenação dos atores envolvidos no GT Focem realizada - Proposta de reestruturação concluída
Implementação do orçamento único do Mercosul	- Posição brasileira no Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)/Grupo Mercado Comum (GMC) instruída - Coordenação dos atores envolvidos no GAO/GMC realizada
Negociação de acordos de compras governamentais	- Posição brasileira nos grupos negociadores de compras públicas instruída - Coordenação dos atores envolvidos no processo de negociação em compras públicas realizada

## 5. Coordenar o processo de implementação de mecanismos de atração e fomento aos investimentos externos em infraestrutura

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

**Indicadores** - Quantidade de boletins informativo de infraestrutura

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Levantamento de dados junto aos órgãos setoriais	- Boletim informativo "Infraestrutura Brasil" elaborado

## 6. Desenvolver e implementar com parceiros externos mecanismos de financiamentos em infraestrutura

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

**Indicadores** - Celebração de acordos de desenvolvimento de investimento e cooperação em capacidade produtiva

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Promoção de atração de investidores internacionais	- Acordos de cooperação em infraestrutura assinados

## 7. Integrar o Sistema de Gerenciamento Integrado da SEAIN (SIGS) ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Objetivo Estratégico MP associado:

Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística

<b>Indicadores</b>	- % do Projeto executado
	- % de redução no custo de manutenção do sistema SIGS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implantação do Sistema Integrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto piloto implantado</li> <li>- Termo de referência elaborado</li> <li>- Versão do SIGS contendo a Integração com o SEI homologada</li> <li>- Servidores capacitados na utilização da nova ferramenta BI</li> </ul>

## Objetivos Estratégicos – SEGES

### 1. Aprimorar os processos de aquisição de bens e serviços no Poder Executivo Federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- Percentual médio de redução dos valores contratados após implementação do novo modelo de compras
	- Percentual de redução do tempo médio de realização de licitações na Administração Pública Federal na modalidade pregão eletrônico

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	- Centro implantado
Elaboração de minuta da Nova Lei de Licitações	- Proposta de nova Lei de Licitações encaminhada à Casa Civil
Padronização de Contratação de Serviços	- Instrução Normativa com novos parâmetros e padronização para contratação dos serviços terceirizados publicada
Elaboração de Regras de Proteção aos Prestadores de Serviços Terceirizados	- Decreto de Terceirização – regras de proteção aos prestadores de serviços terceirizados elaborado
Implantação de Banco de Preços de Referência	- Banco de Preços de Referência implantado

## 2. Inovar, simplificar e melhorar processos e serviços públicos

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

### Indicadores

- Número de instrumentos para a modernização e inovação da gestão pública disponibilizados pela Seges
- Número de serviços públicos ou processos da Administração Pública Federal redesenhados, simplificados ou melhorados

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implantação do projeto Agiliza	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pesquisas concluídas</li><li>- Ações de redesenho, simplificação e automação de serviços/processos executadas</li></ul>
Desenvolvimento do Requerimento Eletrônico de Serviços Públicos - SEGES	<ul style="list-style-type: none"><li>- Solução tecnológica de requerimento eletrônico de serviços públicos desenvolvida</li></ul>
Implantação do Programa de Inovação no Setor Público – InovaGov	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estratégia para adesão de órgãos e entidades definida e executada</li><li>- Laboratório inaugurado</li><li>- Rede de Inovação no Setor Público – InovaGov estruturada</li></ul>

## 3. Aprimorar a gestão e elevar a efetividade e a transparência das transferências voluntárias

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

### Indicadores

- % de instrumentos executados no prazo
- % de saldo repesado (saldo mantido na conta do conveniente em relação aos valores repassados)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Aperfeiçoamento da Gestão de Convênios	<ul style="list-style-type: none"><li>- Normativos Revisados</li><li>- Padrões estabelecidos e boas práticas compartilhadas</li><li>- Interação entre os atores ampliada</li><li>- Nova plataforma tecnológica integrada (PPP) disponibilizada</li></ul>
Implantação da gestão de riscos no processo de transferências voluntárias	<ul style="list-style-type: none"><li>- Gestão de riscos implementada</li></ul>

#### 4. Aperfeiçoar as estruturas organizacionais e profissionalizar a ocupação dos cargos e funções que as compõem

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

---

**Indicadores** - Percentual de ocupação de cargos comissionados por pessoal sem vínculo

---

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Reforma Administrativa	- Minutas de decreto de estrutura finalizadas
Implantação da Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE	- Minutas de normativos finalizadas

#### 5. Implementar modelo de gestão estratégica de pessoas voltada a quadros de alto nível na Administração Pública Federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos

---

**Indicadores** - Percentual de ocupação de cargos ou funções de direção e assessoramento por EPPGG

---

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Gestão Estratégica de Carreiras Transversais	- Sistema Integrado de Mobilidade – SIMOB desenvolvido - Modelo de Gestão por Competências para EPPGGs elaborado - Processos de Gestão de Carreiras Transversais redesenhados e melhorados

## Objetivos Estratégicos – SEGRT

### 1. Aperfeiçoar o modelo de gestão de pessoas alinhado aos desafios da Administração Pública Federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

<b>Indicadores</b>	- Número de iniciativas implantadas
	- Percentual de Servidores Capacitados com, no mínimo, 2 cursos anuais

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Revisão da sistemática de análise de demandas relativas a concursos públicos e contratações temporárias	- Minuta de ato administrativo ou normativo encaminhada
Revisão da sistemática de análise de demandas relativas a planos de cargos e carreiras e remunerações	- Minuta de ato administrativo ou normativo encaminhada
Implementação de mecanismos indutores de desenvolvimento profissional	- Minuta de ato administrativo ou normativo elaborada - Relatório de execução dos planos anuais de capacitação elaborado
Reformulação de processos que visem a melhoria da gestão pública relativa à composição da força de trabalho	- Minutas de ato legal ou normativo elaboradas - Proposta relativa às despesas de pessoal e encargos sociais (anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA) elaborada
Definição de metodologia de planejamento estratégico da força de trabalho	- Metodologia de planejamento da força de trabalho validada - Metodologia disseminada - Sistemática de diagnóstico da força de trabalho elaborada - Atos normativos e legais elaborados
Revisão da sistemática de recrutamento e seleção	- Minuta de ato normativo revisada e encaminhada

## 2. Aprimorar a gestão do gasto público com pessoal

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- Volume de gastos com desconformidades regularizadas
	- Volume de gasto evitado
	- % variação de gastos com TI em gestão de pessoas

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Aperfeiçoamento da gestão da folha de pagamento	- Folha de pagamento com conformidade verificada - Cobertura dos lançamentos manuais analisados - Pagamentos automatizados - Homologação da folha regulamentada - Decisões judiciais geridas

### 3. Ampliar o acesso às informações sobre gestão de pessoas e relações de trabalho

Objetivo Estratégico MP associado:

Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF

#### Indicadores

- Número de acessos aos canais existentes
- % de satisfação do usuário quanto às informações fornecidas

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Difusão de Conhecimento Produzido na Área de Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"><li>- CONLEGIS remodelado</li><li>- Resenha de Gestão de Pessoas remodelada</li><li>- Divulgação do CONLEGIS e da Resenha aprimorada</li></ul>
Modernização da Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"><li>- Funcionalidades adaptadas à acessibilidade do servidor/cidadão ao canal da Ouvidoria implementada</li><li>- Conceitos associados à Transparência ativa implementados</li><li>- Pesquisa de satisfação implantada</li><li>- Base de dados quantitativos e qualitativos aprimorada, visando a melhoria da gestão</li><li>- Rede de ouvidorias integradas</li><li>- Divulgação da Ouvidoria realizada interna e externamente</li><li>- Recomendações visando melhoria dos processos de trabalho e tomada de decisão realizadas</li></ul>
Apresentação e divulgação das informações de gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Painel de Gestão de Pessoas evoluído</li><li>- Boletim e caderno de remuneração evoluídos</li><li>- Conjunto de melhorias divulgadas nos canais (email, portais, eventos)</li><li>- Mecanismos de aferição da satisfação do usuário implantados</li></ul>

## Objetivos Estratégicos – SEPLAN

### 1. Fortalecer o planejamento governamental e sua integração com o orçamento federal

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

#### Indicadores

- Plano de Longo Prazo elaborado

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implementação do modelo de gestão do PPA com ênfase no monitoramento participativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metodologia de monitoramento participativo elaborada</li> <li>- Novo modelo de avaliação dos programas do PPA desenvolvido</li> <li>- Informações do PPA divulgadas em Portal na internet</li> </ul>
Aprimoramento da integração dos ciclos de gestão do PPA com o orçamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fluxo decisório entre SOF, SEST e SEPLAN desenhado</li> <li>- PPA e planejamento de longo prazo alinhados</li> </ul>
Coordenação da elaboração de plano estratégico de longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano estratégico de longo prazo elaborado</li> </ul>
Elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020-2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metodologia definida</li> <li>- Manuais elaborados</li> <li>- Oficinas de elaboração realizadas</li> </ul>

## 2. Contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e investimentos

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

**Indicadores** - Número de Avaliações Executivas concluídas

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Desenvolvimento de avaliação executiva de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de avaliação com propostas para ajustes e aprimoramentos elaborados</li> </ul>
Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) como instrumento de subsídio à gestão de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de governança conjunta da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e da INDE implantado</li> <li>- Adesão efetiva dos órgãos à INDE aumentada</li> </ul>
Contribuição na formulação e revisão de marcos regulatórios e programas setoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Notas técnicas elaboradas</li> </ul>

## 3. Aprimorar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política econômica

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

**Indicadores** - Número de Propostas elaboradas que contribuam para o ajuste fiscal e/ou para a retomada do crescimento do País

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Contribuição na formulação, acompanhamento e condução da política econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propostas elaboradas</li> <li>- Notas Técnicas elaboradas</li> <li>- Acompanhamento e projeção de indicadores econômicos e sociais realizados</li> </ul>

## Objetivos Estratégicos – SEST

### 1. Ampliar a articulação com as estatais e entre elas

Objetivo Estratégico MP associado:

Promover a melhoria da governança das empresas estatais

<b>Indicadores</b>	- Instalação de Fóruns
	- Participação das estatais na Rede de Universidades Corporativas

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Fomento a integração e a ampliação da rede de Universidades Corporativas das empresas estatais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelagem da rede e ambiente para difusão do conhecimento corporativo definida</li> <li>- Mapeamento de recursos e investimentos tecnológicos e intelectuais realizado</li> </ul>
Implantação de Fóruns temáticos permanentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fóruns temáticos permanentes envolvendo as Estatais para os assuntos de TI, Inovação, Pessoas e Governança definidos</li> <li>- Fóruns temáticos permanentes instalados</li> </ul>

### 2. Contribuir para melhorias de governança, gestão e desempenho das estatais

Objetivo Estratégico MP associado:

Promover a melhoria da governança das empresas estatais

<b>Indicadores</b>	- Nível de gestão e governança das estatais
	- Índice de melhoria de desempenho das Empresas Estatais
	- Desempenho na dimensão econômico- financeira

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implementação de padrão de governança nas empresas estatais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regras para ocupação de cargos estatutários normatizadas</li> <li>- Remuneração variável para membros de Diretorias das Estatais normatizada</li> <li>- Comitês Estratégicos de assessoramento para os Conselhos de Administração das Estatais definidos e normatizados</li> </ul>
Implementação de processo de avaliação e melhoria contínua da gestão das estatais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rotina de visitação de avaliação às Estatais normatizada e implementada</li> <li>- Melhores práticas de gestão das Estatais identificadas, elencadas e difundidas</li> <li>- Diagnóstico da situação atual de governança das Estatais realizado</li> <li>- Identificação de <i>gaps</i> com proposição de plano de ação de melhoria apresentados, em Estatais selecionadas</li> </ul>
Melhoria dos modelos de patrocínio dos planos de benefícios de previdência complementar das empresas estatais federais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de patrocínio definido</li> </ul>

### 3. Fortalecer a SEST enquanto ator importante na discussão sobre empresas estatais

Objetivo Estratégico MP associado:

Promover a melhoria da governança das empresas estatais

<b>Indicadores</b>	- Diagnóstico da Imagem da SEST
	- Tempo médio de resposta dos pleitos para as estatais

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Implementação de estratégia de comunicação, com foco nos órgãos de difusão especializada	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Site da SEST com informações completas, oportunas e transparentes sobre estatais no Brasil modernizado</li> <li>- Informações qualificadas para imprensa especializada disponibilizadas</li> </ul>
Fortalecimento da SEST como órgão central das estatais federais no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo Executivo da CGPAR fortalecido</li> <li>- Papel da SEST na orientação de conselheiros de administração ampliado</li> <li>- Modelo estruturado de atuação para os Conselheiros do MP implementado</li> </ul>

### 4. Fortalecer a capacidade institucional da SEST

Objetivo Estratégico MP associado:

Promover a melhoria da governança das empresas estatais

	- Clima organizacional (avaliar: espaço, estrutura e qualidade de vida no trabalho)
<b>Indicadores</b>	- % de processos redesenhados e implantados
	- % GAP de conhecimentos das equipes

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Adequação do espaço físico e do quadro de pessoal	- Estrutura física e equipamentos adequados às funções da SEST - Quadro de pessoal qualificado e ampliado
Informações integradas, consistentes e com qualidade acessível e utilizadas para tomada de decisão	- Processos da SEST redefinidos - Sistemas Corporativos aperfeiçoados - Sistemas de informação estruturados e desenvolvidos - Missão e a Estratégia da SEST disseminados - Plano Estratégico monitorado e executado

## Objetivos Estratégicos – SOF

### 1. Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade

Objetivo Estratégico MP associado:

Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade

<b>Indicadores</b>	- Número de iniciativas concluídas
--------------------	------------------------------------

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no Processo Orçamentário	- Metodologia para uso das avaliações no processo orçamentário elaborada - Avaliação utilizada
Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais	- Processos de projeções fiscais mapeados e avaliados - Despesas com pessoal e encargos sociais da União projetadas e acompanhadas - Proposta de Revisão da Classificação Orçamentária por Fonte de Recursos apresentada - Viabilidade da Formalização das Projeções Fiscais de Maneira Prévia à Decisão da Junta de Execução Orçamentária – JEO analisada - Estudos sobre a viabilidade da implementação de novas projeções, metodologias, processos e instrumentos de gestão no âmbito do processo orçamentário federal desenvolvidos

Implantação de Gestão de Competências na Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atribuições das áreas da SOF definidas</li> <li>- Competências técnicas e gerenciais mapeadas</li> <li>- Levantamento das competências existentes</li> <li>- Gestão por competência na SOF implantada</li> <li>- Catálogo de capacitações elaborado</li> <li>- Plano anual de capacitações elaborado</li> <li>- Sistema informatizado para suportar a Gestão por competências na SOF desenvolvido</li> </ul>
Implantação do Programa de Educação Orçamentária	- Programa de educação orçamentária implantado
Elaboração de Metodologia de Acompanhamento de Projetos	- Metodologia elaborada
Promoção do Acesso aos dados Orçamentários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ferramentas e canais de informação simplificados e disponibilizados</li> <li>- Plano de comunicação implementado</li> </ul>
Implantação da Gestão de Riscos no processo orçamentário federal	- Gestão de Riscos implementada

## Objetivos Estratégicos – SPU

### 1. Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

Objetivo Estratégico MP associado:

Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade

	- % de imóveis de uso especial ou reservado para uso especial sem uso
	- Volume de gastos com imóveis de uso especial ou reservado para uso especial sem uso
<b>Indicadores</b>	- % de imóveis geoespacializados
	- % de serviços da SPU disponibilizados virtualmente
	- % de alienação de imóveis disponibilizados para venda (em quantidade e em R\$)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Aprimoramento da Política de Gestão e Racionalização do Uso de Imóveis da União	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de negócios para construção e reforma de edifícios públicos elaborado</li> <li>- Diagnóstico sobre a situação dos imóveis de uso especial realizado</li> <li>- Sistemática para racionalização da utilização dos imóveis de uso especial elaborada</li> <li>- Mecanismos de controle do uso dos imóveis da União revisados</li> <li>- Diretrizes para alienação de bens da União sem interesse para a Administração Pública Federal elaboradas</li> <li>- Bloco O reformado</li> <li>- Anexos B e C construídos</li> <li>- Edifício SIDERBRAS reformado</li> </ul>
Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União implantado</li> <li>- Levantamento da necessidade de pessoal para operação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União realizado</li> <li>- Modelo de governança da SPU revisado</li> <li>- Modelo de gestão de pessoas elaborado</li> </ul>
Implantação de sistema unificado de administração do patrimônio imobiliário público federal, em base georreferenciada	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema desenvolvido</li> <li>- Ambiente cartográfico e de informações espaciais modernizado e sistematizado</li> </ul>
Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Canais de atendimento e informação ao público modernizados</li> <li>- Dados sobre a gestão dos imóveis da União publicados</li> </ul>
Ampliação e Qualificação do Cadastro de Imóveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemática de levantamento cadastral definida</li> <li>- Sistemática de identificação modernizada</li> <li>- Cadastro de imóveis depurado</li> <li>- Modelo de gestão do cadastro definido</li> </ul>

## Objetivos Estratégicos – STI

### 1. Ampliar a disponibilização e o uso de dados abertos

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

#### Indicadores

- Percentual de órgãos com planos aprovados de disponibilização e uso de dados abertos
- Índice de disponibilização e uso de dados abertos para o cidadão

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Disseminação da política de dados abertos na Administração Pública Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação em dados abertos realizada</li> <li>- Eventos e desafios de dados abertos</li> <li>- Portal de Dados Abertos evoluído</li> <li>- Decreto sobre licença de dados abertos publicado</li> <li>- Instrução Normativa que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) revisada</li> </ul>

## 2. Disponibilizar informações estratégicas e instrumentos para apoiar a tomada de decisão em políticas públicas

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

**Indicadores** - Quantidade de órgãos que consumiram informações estratégicas para apoio à tomada de decisão

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Promoção da interoperabilidade de dados entre órgãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação em interoperabilidade realizada</li> <li>- Dados do Governo Federal catalogados</li> <li>- Normativos e padrões sobre interoperabilidade publicados</li> </ul>
Soluções inovadoras de TIC para o Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de Governo como plataforma elaborado</li> <li>- Lei de TIC publicada</li> <li>- Painéis Estratégicos implantados</li> <li>- Política de uso estratégico de soluções e informação elaborada</li> </ul>

## 3. Melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos com o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Objetivo Estratégico MP associado:

Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência

**Indicadores** - Percentual de serviços públicos digitais em relação ao número de serviços públicos cadastrados no Portal de Serviços do Governo Federal

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Acessibilidade nas informações e sistemas de governo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação em acessibilidade realizada</li> <li>- Ferramentas para avaliação de acessibilidade implantadas</li> <li>- Normativos e padrões sobre acessibilidade publicados</li> <li>- Relatório circunstanciado sobre acessibilidade digital elaborado</li> <li>- Tradutor de português para Libras (VLIBRAS) implantado</li> </ul>
Ações de governo digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estratégia de Governança Digital (EGD) disseminada</li> <li>- Normativos e publicações sobre a EGD publicados</li> <li>- Novo Portal de Governo Eletrônico implantado</li> <li>- Gestão de domínios gov.br reformulada</li> </ul>
Expansão e melhoria dos serviços públicos digitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Módulo de Avaliação de serviços públicos no Portal de Serviços implantado</li> <li>- Capacitação para catalogação no Portal de Serviços realizada</li> <li>- Manual de Publicação de Serviços elaborado</li> <li>- Digitalização de serviços públicos realizada</li> <li>- Portal de Serviços evoluído</li> <li>- Marco legal de serviços públicos digitais publicado</li> <li>- Cartas de Serviço publicadas</li> </ul>
Segurança nas interações digitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identidade digital e biometria</li> </ul>

#### 4. Aumentar a efetividade das políticas públicas com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Objetivo Estratégico MP associado:

Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas

Indicadores	
	- Percentual de execução dos projetos estratégicos dos Planos de Trabalho ATIs
	- Quantidade de políticas públicas impactadas pelo uso de TICs

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Compartilhamento de soluções e modelos de negócio de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Catálogo de Software do SISP elaborado</li> <li>- Modelo de Infraestrutura como serviço (IaaS) elaborado</li> <li>- Portaria do Software Público Brasileiro publicada</li> <li>- Modelo de Software como serviço (SaaS) elaborado</li> <li>- Soluções de almoxarifado e patrimônio racionalizadas</li> </ul>
Fortalecimento da gestão de pessoas no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Aperfeiçoamento em TIC aprimorado</li> <li>- Modelo de Avaliação de Desempenho dos Servidores de TIC reformulado</li> <li>- Concurso ATI realizado</li> <li>- Programa de Aperfeiçoamento em TI executado</li> <li>- Gestão por competências dos servidores de TIC implantada</li> <li>- Programa de Desenvolvimento de Gestores de TIC modernizado</li> <li>- Reorganização Cargo de ATI - Lei e Decreto - efetuada</li> </ul>
Governança de TIC nos órgãos do SISP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autodiagnóstico do SISP realizado</li> <li>- Dashboards do SISP desenvolvido</li> <li>- Modelo de governança de TIC publicado</li> <li>- Escritório de Projetos do SISP implantado</li> <li>- Sistema de Gestão de Demandas C3S evoluído</li> <li>- Guia de PDTIC do SISP 2.0 publicado</li> <li>- Modelo de governança de TIC publicado</li> <li>- SISISP desenvolvido</li> </ul>
Racionalização de recursos com o uso de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas de Análise de pontos por função realizadas</li> </ul>
Disseminação do conhecimento em TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novo Guia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP publicado</li> <li>- Gestão de conhecimento no SISP implantada</li> <li>- Guia de contratação de serviços de manutenção e desenvolvimento de portais publicado</li> <li>- Modelo de desenvolvimento colaborativo do SISP publicado</li> <li>- Orientações para contratação de serviços de contagem de pontos por função publicadas</li> <li>- Guia do Comitê de TI reformulado</li> <li>- Novo Roteiro de Métricas de Software elaborado</li> </ul>

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	ENTREGAS
Apoio às compras públicas compartilhadas de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compras compartilhadas de TIC 2016 a 2019 (sob demanda)</li> </ul>
Integração e padronização das infraestruturas das redes de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Versão mais atual do Protocolo de Internet (IPv6) disseminada</li> <li>- Solução de segurança para o VoIP da INFOVIA atualizada</li> <li>- Rede VoIP da INFOVIA integrada</li> <li>- Modelo de Negócios da INFOVIA publicado</li> <li>- Modelo padrão de redes WLAN/LAN publicado</li> <li>- Plano de Integração de Redes Governamentais elaborado</li> <li>- Rede óptica INFOVIA ampliada</li> <li>- Sistema de Cadastro de Infraestrutura INFOVIA desenvolvido</li> </ul>
Segurança nas interações digitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autoridade de registro MP implantada</li> <li>- Metodologia de Gestão de riscos em Segurança da Informação e Comunicação (SIC) implantada</li> <li>- Sistemas estruturantes certificados digitalmente</li> <li>- Curso gestão de riscos em SIC elaborado</li> <li>- Gestão de riscos em SIC - capacitação anual realizada</li> <li>- Gestão de riscos em SIC - ferramenta informatizada implantada</li> <li>- Programa Brasileiro de Certificação e Homologação de Ativos de TIC implantado</li> </ul>
Políticas, diretrizes e normas relativas à contratação de soluções de TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compras compartilhadas de TIC - serviços em nuvem</li> <li>- Compras compartilhadas de TIC 2016</li> <li>- Guia de contratação de serviços em nuvem publicado</li> <li>- Índice de custo de serviços de TIC publicado</li> <li>- Orientação normativa sobre uso de computação em nuvem publicada</li> <li>- Modelo de Parcerias público-privadas de TIC elaborado</li> <li>- Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (PCTIC) implantado</li> <li>- Preços públicos de TIC atualizados</li> <li>- IN SLTI nº 04/14; Portaria MP/SLTI nº 86/14; Guia de contratação da IN SLTI/MP nº 4/2014 e Guia de contratação da IN STI/MP nº 4/2017 revisados</li> </ul>







# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MINISTÉRIO DO  
**PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

